

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN**

**A QUESTÃO DE TAIWAN NA INTERAÇÃO ESTRATÉGICA**  
**DO LESTE ASIÁTICO**

**Porto Alegre**

**2016**

**GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN**

**A QUESTÃO DE TAIWAN NA INTERAÇÃO ESTRATÉGICA  
DO LESTE ASIÁTICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

**Porto Alegre**

**2016**

## CIP - Catalogação na Publicação

Feddersen, Gustavo Henrique  
A QUESTÃO DE TAIWAN NA INTERAÇÃO ESTRATÉGICA DO  
LESTE ASIÁTICO / Gustavo Henrique Feddersen. -- 2016.  
78 f.

Orientador: José Miguel Quedi Martins.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Estudos Estratégicos. 2. Taiwan. 3. República  
Popular da China. 4. Ásia Oriental. I. Martins, José  
Miguel Quedi, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**GUSTAVO HENRIQUE FEDDERSEN**

**A QUESTÃO DE TAIWAN NA INTERAÇÃO ESTRATÉGICA  
DO LESTE ASIÁTICO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 4 de abril de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro  
UFRGS

---

Prof. Dr. Arthur Coelho Dornelles Junior  
UFSM

*Dedico este trabalho à minha família:  
Eric Feddersen e Rogéria Maria Modena*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente à República Federativa do Brasil, na figura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que através do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais me forneceu a infraestrutura necessária para que eu conduzisse a presente pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento desta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, o professor José Miguel Quedi Martins, pelo apoio e pela confiança que depositou em mim e na minha pesquisa, e por ter me apresentado a uma visão nova do papel do pesquisador no Brasil.

Agradeço também aos professores Paulo Gilberto Fagundes Visentini e Luiz Dario Teixeira Ribeiro pelos debates em aula que enriqueceram minha visão e me entusiasmaram pelo estudo histórico do leste asiático.

Agradeço aos camaradas do Grupo Ásia, João Rodrigues Chiarelli, Rômulo Barizon Pitt, Athos Munhoz Moreira da Silva, Laís Helena Trizotto e Bruno Magno, por estarem juntos comigo nesta empreitada de compreender aquele lado do mundo e pela forte amizade que cultivamos ao longo destes anos.

Agradeço também a todos os colegas dos Estudos Estratégicos e das Relações Internacionais que me propiciaram ótimos debates sobre política internacional e segurança. Entre eles, gostaria de destacar João Gabriel Burmann, João Arthur Reis, Guilherme Simionato, Raul Cavedon, Larleciane Piccoli, Henrique Acosta, Giordano Bruno, Pedro Vinicius Brittes, Humberto Carvalho, Marcelo Kanter, dentre tantos outros dos quais me esqueço neste momento de labuta intensiva.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é buscar elementos para se analisar as relações interestreito de Taiwan, a partir da experiência histórica, processos políticos, dados econômicos e estudos securitários. O trabalho está estruturado em cinco seções: uma introdução, três capítulos de desenvolvimento e a conclusão. O primeiro capítulo procurou desenvolver uma perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica, relacionando o efeito da Guerra da Coreia sobre as relações interestreito naquele período. Entende-se que, ainda hoje, as relações interestreito são fortemente influenciadas por aquela conflagração, e, dada a precariedade do armistício, pela mera possibilidade da eclosão de um novo conflito armado na Península. O segundo capítulo foca-se no sistema político taiwanês e sua interface com as relações interestreito, estudando-se, dentro das fontes que se pôde inventariar, a evolução do processo político e da construção de Estado em Taiwan. No terceiro capítulo, buscou-se chegar a um meio termo entre as duas perspectivas, enfocando-se a relação interestreito a partir de uma ótica regional. Especificamente, analisam-se o cenário político e estratégico pós-Guerra Fria na Ásia Oriental; o enfraquecimento da integração e o novo quadro estratégico na Ásia Oriental; e a reorientação da estratégia militar dos Estados Unidos, da China e do Japão, procurando-se relacioná-las à questão de Taiwan. Como conclusão, teve de se constatar o predomínio dos constrangimentos sistêmicos – não apenas sobre as políticas nacionais, mas sobre a própria região – no condicionamento das relações interestreito. Entendeu-se que a pouca previsibilidade da evolução desse relacionamento deve-se, em grande medida, ao caráter até certo ponto anormal da passagem da unipolaridade à multipolaridade.

**Palavras-chave:** Estudos estratégicos. Taiwan. República Popular da China. Ásia Oriental.

## ABSTRACT

The objective of this study is to find elements to analyze the Taiwan's cross-strait relations, from the historical experience, political processes, economic data and International Security Studies. The work is divided into five sections: an introduction, three chapters of development and conclusion. The first chapter has sought to develop a perspective both synchronic as diachronic, relating the Korean War's effect on cross-strait relations in that period. It is understood that, even today, cross-strait relations are strongly influenced by that conflagration, and, given the precariousness of the armistice, the mere possibility of the outbreak of a new armed conflict on the peninsula. The second chapter focuses on the Taiwanese political system and its interface with the cross-strait relations, studying, inside sources that could inventorying, the evolution of the political process and the construction of state in Taiwan. In the third chapter, we sought to reach a compromise between the two perspectives, focusing to cross-strait relationship from a regional perspective. Specifically, they analyze the post-Cold War political and strategic landscape in East Asia; the weakening of integration and the new strategic framework in East Asia; and the reorientation of the military strategy of the United States, China and Japan, seeking to relate them to the Taiwan issue. In conclusion, we had to find the prevalence of systemic constraints - not just on national policies but about the region itself - in conditioning cross-strait relations. It was understood that the low predictability of the evolution of this relationship is due largely to the character to a certain point of the abnormal passage from unipolarity to multipolarity.

**Keywords:** Strategic studies. Taiwan. People's Republic of China. East Asia.



## **NOTA DE TRANSLITERAÇÃO**

Preferiu-se, neste trabalho, utilizar-se da transliteração Pinyin, a utilizada oficialmente pelo governo da República Popular da China e em Taiwan. Portanto, nomes conhecidos como Chiang Kai-shek e Kuomintang foram trocados para Jiang Jieshi e Guomindang, por exemplo. Procurou-se, junto aos nomes mais consagrados no sistema antigo (Wade-Giles), indicar como era feita a transliteração normalmente na primeira vez que eles aparecerem, entre parênteses.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....</b>	<b>13</b>
2.1	GUERRA DA COREIA (1950-53) .....	14
2.1.1	As transições da abordagem estadunidense: Roosevelt, Truman e MacArthur... 14	
2.1.2	A decisão chinesa de entrar na Guerra da Coreia.....	19
2.2	AS PRIMEIRAS CRISES DOS ESTREITOS (1954-1955/1958) .....	21
2.3	REATAMENTO SINO-ESTADUNIDENSE E DIPLOMACIA TRIANGULAR (DÉCADA DE 1970).....	25
2.4	AS CONFLAGRAÇÕES NO MAR DO SUL DA CHINA .....	28
2.4.1	Paracels/Xisha (1974) .....	29
2.4.2	Spratlys/Nansha (1988) .....	30
2.5	O FIM DA BIPOLARIDADE E A TERCEIRA CRISE DO ESTREITO .....	31
2.6	REFLEXÕES PRELIMINARES: TAIWAN E OS PADRÕES RECORRENTES NA ESTRATÉGIA CHINESA .....	35
<b>3</b>	<b>O SISTEMA POLÍTICO TAIWANÊS E A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERESTREITO .....</b>	<b>37</b>
3.1	O LEGADO DE JIANG JINGGUO: A REVOLUÇÃO NACIONAL .....	37
3.2	COMÉRCIO, INVESTIMENTO E DIÁLOGO: NOVO QUADRO DE COOPERAÇÃO PÓS-2008.....	42
3.3	2016 E A VOLTA DO PDP .....	50
<b>4</b>	<b>SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR PÓS-GUERRA FRIA NA ÁSIA ORIENTAL .....</b>	<b>53</b>
4.1	O CENÁRIO POLÍTICO E ESTRATÉGICO ÁSIA DO FIM DA BIPOLARIDADE AO REENGAJAMENTO ESTADUNIDENSE.....	53
4.1.1	O fim do Triângulo de Ferro no Japão .....	54
4.1.2	Aproximação econômica e política no Leste Asiático.....	55
4.2	O ENFRAQUECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E O NOVO QUADRO ESTRATÉGICO NA ÁSIA ORIENTAL.....	58

4.3	REORIENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA MILITAR: ESTADOS UNIDOS, CHINA E JAPÃO .....	61
5	CONCLUSÃO.....	67
	REFERÊNCIAS.....	73

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que resultou no presente trabalho teve início ainda em 2012. No ano seguinte, converteu-se em trabalho de conclusão de curso e, ato contínuo, projeto de ingresso no curso de mestrado. Portanto, sua estrutura (divisão de capítulos), proposta de enfoque (caminho ou método), e abordagem (objeto) foram fortemente influenciados por uma situação internacional consideravelmente distinta da atual. Apesar de o “Pivô para Ásia” de Obama ter se iniciado ainda em 2011, seus efeitos não se tornaram visíveis até a crise das Diaoyu/Senkaku no ano seguinte (2012), seguida do desmantelamento da proposta da Comunidade do Leste Asiático em 2013. Justamente desse período em diante – crucial para formulação do projeto – esperava-se que a China compensasse seu afastamento com Japão com a intensificação dos laços com a Coreia do Sul e, sobretudo, com Taiwan. Pelo que a pesquisa aferiu, essa expectativa era compartilhada dos dois lados do estreito de Taiwan. Vivia-se, então, a era de apogeu dos BRICS e a transição consentida da unipolaridade à multipolaridade. Parecia uma perspectiva bastante próxima e tangível, dado que nenhum dos integrantes desse grupo (nesse caso, Brasil, Rússia, Índia e China) pretendia substituir a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA).

Todos os BRICS reuniam-se a despeito de suas óbvias diferenças com o propósito de barganhar autonomia estratégica, isto é, dispor de liberdade de ação no âmbito de sua própria região. Da parte dos EUA, havia interesse em dividir os custos da segurança mundial, aquilo que os autores, valendo-se de anglicismos, denominam *burden-sharing* ou *buck-passing*, mas que, em bom português, significa estabelecer a multipolaridade para manter a liderança estadunidense. Esta percepção, longe de constituir-se em um exercício analítico de inferência, estava presente no próprio discurso presidencial: o vice-presidente norte-americano Joe Biden mencionou explicitamente os BRICS e o interesse dos EUA em contar com sua colaboração para concluir a Guerra ao Terror, enfrentar a crise econômica e os desafios ambientais: em suma, lutar para deixar o mundo um pouco melhor. Apenas os mais pessimistas conseguiam antever qualquer espécie de óbice ou crise no que então parecia ser um “céu de brigadeiro”: EUA, as Grandes Potências e os aspirantes a essa condição tinham apenas, e tão somente, o mesmo objetivo – e o problema do pessimismo, como todos os “ismos”, é que são insuficientes quando ferramentas analíticas isoladas.

Naquele momento era impossível de prever – ao menos assim estimou-se – o tributo que a unipolaridade cobraria do próprio sistema político e do “*Establishment*” estadunidense.

Em 2012, os EUA encerrou oficialmente a Guerra do Iraque e iniciou a retirada de tropas daquele país. Eventualmente, para consternação do próprio presidente, viram-se envolvidos em guerras na Líbia, na Síria, e com uma vigorosa insurgência no próprio Iraque.

Ao que tudo indica, à revelia da diplomacia presidencial, os grupos subnacionais e estruturas burocráticas encapsuladas – algumas oriundas ainda da Guerra Fria, outras da prolongada Guerra ao Terror – divergiam da orientação do executivo. Sua influência foi insuficiente para produzir um processo de impedimento contra o mandatário dos EUA, mas conseguiu estabelecer uma espécie de “*veto player*” à Política Externa e de Segurança (PES) do país. As ações dos EUA na Líbia e na Síria prejudicaram interesses chineses na África e russos no Mediterrâneo e no Oriente Médio. Desde então, a aparentemente amorfa “contenção da China” assumiu uma forma anormalmente dura, característica do período da Guerra Fria – quando esse termo significou o uso de todas as formas de luta ou confrontação que não a guerra em si para obter-se não apenas a supremacia, mas a derrocada completa do competidor.

Em Taiwan, segunda eleição de Ma Yingjiou (Ma Ying-jeou) (2012) e o Movimento dos Girassóis (2014) conduziram as conclusões da pesquisa para um rumo bem diferente do esperado quando de sua concepção original. Se, por um lado, seria raso avaliar que a “abertura” do Estreito de Taiwan traria a reunificação ou integração pacífica das duas chinas dentro de um horizonte temporal previsível, por outro, tampouco poderia se afirmar cabalmente o contrário: que a guerra entre China e Taiwan seria inevitável.

A indefinição suscitou um esforço pela construção de referentes empíricos instrumentais a um modelo analítico que permitisse profundidade às avaliações – libertando-as dos estreitos limites das análises de conjuntura. Ao mesmo tempo, tinha-se a pretensão – que continuou sendo perseguida, ao longo do trabalho – de que o modelo de pesquisa estivesse em conformidade com o método de análise de Relações Internacionais proposto por Waltz (1979). Isso vale, sobremaneira, para o sentido determinante da 3ª imagem sobre as demais; vale dizer, a primazia da determinação do sistema internacional sobre a conduta do estado (2ª imagem) ou a política do estadista (1ª imagem). Por outro lado, admite-se sem rodeios, a homenagem a Waltz, é mais fruto da gratidão e do reconhecimento do que do desejo de cindir-se a qualquer método ou teoria, posto que, acredita-se, cada análise deva conter seu próprio modelo – aquilo que, para alguns, constitui o individualismo metodológico.

Sob essa ótica, este trabalho está estruturado em cinco seções: esta introdução, três capítulos de desenvolvimento e a conclusão. O primeiro capítulo (2. Contextualização Histórica) procurou desenvolver uma perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica,

relacionando o efeito da Guerra da Coreia (3ª imagem) sobre as relações interestreito naquele período. Entende-se que, ainda hoje, as relações interestreito são fortemente influenciadas por aquela conflagração, e, dada a precariedade do armistício, pela mera possibilidade da eclosão de um novo conflito armado na Península.

O segundo capítulo (3. Sistema político taiwanês e as relações interestreito) procurou descer da 3ª para a 2ª imagem – e mesmo para o âmbito da 1ª, ao menos quando isso revelou-se relevante para a análise, como no caso de Jiang Jinguo (Chiang Ching-kuo) – estudando-se, dentro das fontes que se pôde inventariar, a evolução do processo político e da construção de Estado em Taiwan.

No terceiro capítulo (4. Situação política e militar pós-Guerra Fria na Ásia Oriental), buscou-se chegar a um meio termo entre as duas perspectivas, enfocando-se a relação interestreito a partir de uma ótica regional.

Como conclusão, teve de se constatar o predomínio da 3ª imagem – não apenas sobre as políticas nacionais, mas sobre a própria região – no condicionamento das relações interestreito. Entendeu-se que a pouca previsibilidade da evolução desse relacionamento deve-se, em grande medida, ao caráter até certo ponto anormal da passagem da unipolaridade à multipolaridade, em um momento particularmente crucial: em que o equilíbrio predominante (unipolar) parece revelar-se particularmente sensível no seu ocaso; e a multipolaridade, insinuada na crescente autonomia estratégica das Grandes Potências e das Potências Regionais aspirantes a essa condição, parece eclipsar-se frente à dimensão do confronto dos EUA consigo mesmos.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O capítulo tem por finalidade analisar o histórico da interação estratégica entre a República Popular da China (RPC) e os Estados Unidos da América (EUA) na questão de Taiwan. Considera-se estratégia um “conjunto de ideias para o emprego dos instrumentos do poder nacional, de forma sincronizada e integrada, para alcançar objetivos de teatro, nacionais e/ou multinacionais” (DOD, 2016, p. 227). Desse modo, a interação estratégica pode ser entendida como o conjunto de ações nacionais por determinado número de países, dotadas de significado estratégico, em um ambiente de interdependência entre os atores. O estudo será delimitado por cinco casos que podem ser considerados pontos de inflexão na interação entre os países:

- a) a decisão chinesa de entrar na Guerra da Coreia;
- b) as duas primeiras Crises do Estreito de Taiwan;
- c) o reatamento sino-estadunidense;
- d) as conflagrações no Mar do Sul da China de 1974 e 1988; e
- e) a Terceira Crise do Estreito.

Cada uma das seções, por exceção da última, procura demonstrar como a questão de Taiwan pode ser considerada parte da causa que determina o perfil da abordagem chinesa em resposta às novas conjunturas. A abordagem chinesa, nesse estudo, é o fenômeno causado. Assim, em cada um dos estudos de caso, busca-se apontar o processo que parte de um determinado contexto em que se insere a questão de Taiwan (ou seja, da reunificação nacional) e tem como consequência percepções e respostas específicas da China, ocasionalmente contendo passos intermediários.

Ainda não existe uma teoria paradigmática acerca do comportamento chinês em política externa e de segurança envolvendo Taiwan. Assim, a última sessão do capítulo busca trazer elementos para substanciar uma proposta nesse sentido, além de questões hodiernas para se pensar uma possível nova inflexão na política regional chinesa envolvendo Taiwan.

## 2.1 GUERRA DA COREIA (1950-53)

A Guerra da Coreia foi um dos momentos em que a possibilidade de escalada nuclear foi mais crível na Guerra Fria<sup>1</sup>. A participação chinesa se deu, em grande parte, frente à possibilidade de se envolver em uma guerra em duas frentes, devido à probabilidade de Jiang Jieshi (Chiang Kai-shek) enviar tropas da Ilha de Taiwan para a Península Coreana.

A Guerra da Coreia foi um dos marcos históricos que definiu a política internacional da segunda metade do século XX. A própria divisão da Península Coreana foi resultado, no plano internacional, da sua partilha geográfica entre os Estados Unidos e a União Soviética, sobreposta à sua clivagem sociopolítica interna (um norte mais industrializado e um sul mais rural). Ao final da II Guerra Mundial, a União Soviética foi instada pelos Estados Unidos a realizar campanha terrestre contra as forças japonesas que ainda estavam no Continente, o que de fato ocorre em agosto de 1945, em paralelo ao ataque atômico estadunidense. A guerrilha antijaponesa na península, finda a guerra, estabeleceu-se em comitês populares. Os comitês localizados ao sul do Paralelo 38, entretanto, foram dissolvidos pelas unidades pró-japonesas colocadas lá em funções policiais pelos estadunidenses (VISENTINI *et al.*, 2013).

### 2.1.1 As transições da abordagem estadunidense: Roosevelt, Truman e MacArthur

Originalmente, em Yalta, o acordo estabelecido entre Roosevelt e Stálin visava estabelecer um protetorado para a Coreia, administrado pelos Estados Unidos, União Soviética, China e Grã-Bretanha. Com a morte de Roosevelt, Stálin reiterou ao novo presidente dos EUA, Harry Truman, seu apoio para uma resolução multilateral para a Coreia. Na conferência de Potsdam, os planos evoluíram para uma divisão de responsabilidades entre soviéticos e estadunidenses na guerra contra o Japão (LIU, 2004). Após a rendição japonesa, os Comitês Revolucionários na Península proclamaram a República Popular, mas perderam o controle da porção sul com o desembarque estadunidense que colocou Syngman Rhee no poder. No norte, uma reforma agrária consolidou o apoio ao regime de Kim Il-Sung (VISENTINI *et al.*, 2013). Nenhum dos governos na Coreia reconhecia a divisão do país. Em 25 de junho de 1950, o Norte escala uma resposta às provocações do Sul, e atravessa o Paralelo 38. Avançam rapidamente pela península, encurralando as forças Sul-Coreanas e americanas na região de Pusan. O desembarque estadunidense em Inchon, em 15 de setembro,

---

<sup>1</sup> “O General MacArthur pretendia fazer uso dessas armas [nucleares] contra o território chinês durante a Guerra da Coreia.” (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 107).



altera a correlação de forças, abra uma nova frente de batalha na retaguarda norte-coreana, e inicia um avanço em direção ao norte.

A investida estadunidense, que liderava as forças das Nações Unidas contra o exército norte-coreano, está inserida na mudança de sua Grande Estratégia após o Secretário de Estado Marshall falhar em consolidar um governo de coalizão na China. Nos quatro anos que se seguiram à rendição japonesa, os comunistas foram vitoriosos na porção continental da China, o que fortaleceu a retórica anticomunista, baseada na tese da expansão comunista e na ameaça ao capitalismo liberal. O Relatório 68 do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos definiu, em abril de 1950, o anticomunismo como esteio da hegemonia estadunidense, por intermédio do fortalecimento militar massivo (EUA, 1950), e se tornaria o guia para a condução da política de contenção soviética. Assim, o avanço estadunidense continuou até próximo do Rio Yalu, na fronteira com a China e ponto estratégico para produção de energia da indústria na Manchúria (VISENTINI *et al.*, 2013).

Após a “perda da China” (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 136), com a vitória dos comunistas na Guerra Civil Chinesa, os Estados Unidos preparavam um plano contingencial para recolocar as forças nacionalistas no continente. Tais planos foram alterados pela eclosão da Guerra da Coreia:

Planos americanos clandestinos para lançar um golpe de Estado contra Chiang Kai-shek em Taiwan, já maduros, complicaram-se naquele mesmo fim de semana [em que se inicia a Guerra]; Dean Rusk reuniu-se com vários chineses no hotel Plaza, em Nova York, na noite de 23 de junho de 1950, na esperança de que eles iriam formar um governo para substituir o regime de Chiang, ameaçado por uma invasão iminente dos comunistas chineses. Ele e Acheson queriam um líder confiável em Taipei, para que seu desejo secreto de manter a Ilha separada do controle continental estabelecesse um governo que Truman poderia justificar seu apoio.<sup>2</sup> (CUMINGS, 2010, p. 23, tradução nossa).

O excerto demonstra que a dinâmica interestreito estava no topo da agenda estadunidense para a Ásia na época, mas teve de ser posta em espera por causa da eclosão do confronto coreano. A Guerra trouxe assim a necessidade de se estabilizar a situação no Estreito para que se pudesse direcionar os esforços para a Península Coreana. Logo após a eclosão do conflito coreano, o presidente Truman ordena o envio da Sétima Frota dos EUA

---

<sup>2</sup> Do original: “Maturing clandestine American plans to launch a coup d’état against Chiang Kai-shek on Taiwan complicated this same weekend; Dean Rusk met with several Chinese at the Plaza hotel in New York on the evening of June 23, 1950, hoping that they would form a government to replace Chiang’s regime, which was threatened by an impending invasion from the Chinese Communists. He and Acheson wanted a reliable leader in Taipei, so that their secret desire to keep the island separate from mainland control would field a government that Truman could justify supporting.” (CUMINGS, 2010, p. 23)

para o Estreito de Taiwan, estabelecendo-se um impasse na Guerra Civil. No início daquele ano, Truman havia declarado que, apesar dos EUA reconhecerem o governo do GMD (Guomindang) como único governo da China, as Forças Armadas estadunidenses não interfeririam em um confronto entre comunistas e nacionalistas. A neutralização do Estreito é vista pelos chineses como interferência direta em seus assuntos internos. Essa rivalidade estratégica é aprofundada ainda mais pelo General MacArthur, que, no final de julho de 1950, em meio a reverses no campo de batalha coreano e antes do desembarque em Inchon,

Ao final de julho, MacArthur voou para Taiwan para dois dias de conversações com o líder do Guomindang, Jiang Jieshi. No final dessas conversações, MacArthur fez um vago anúncio público elogiando os esforços anti-comunistas de Jiang, mas afirmou ainda que ‘arranjos foram concluídos para uma coordenação eficaz entre as forças americanas sob o meu comando e as forças do governo chinês’. Isto soou suspeitosamente como se tropas nacionalistas chinesas estivessem prestes a serem introduzidas na luta coreana, o que definitivamente não era a política do governo dos Estados Unidos. MacArthur desdenhosamente se recusou a dar detalhes de seu suposto plano para o Departamento de Estado, e até mesmo esperou quatro dias para informar o Estado-Maior Conjunto, nominalmente seus superiores, sobre esta importante reunião.<sup>3</sup> (DONALDSON, 2013, p. 203, tradução nossa).<sup>4</sup>

Como mais tarde ficaria patente em suas declarações acerca do uso do arsenal atômico e um contingente de 500 mil soldados de Jiang Jieshi contra a China (VISENTINI *et al.*, 2013), o objetivo de MacArthur era subjugar o país (VISENTINI *et al.*, 2013). Inclusive, declarou publicamente que:

[...] o inimigo [a China], portanto, deve agora estar dolorosamente ciente de que uma decisão das Nações Unidas de abandonar o seu esforço tolerante de conter a guerra à área da Coreia, através de uma expansão de nossas operações militares para as suas zonas costeiras e bases interiores, condenaria a China Vermelha ao risco de colapso militar iminente<sup>5</sup>. (JAMES, 1985, p. 586, tradução nossa).

---

<sup>3</sup> Do original: “At the end of July, MacArthur flew to Taiwan for two days of talks with Chiang Kai-shek. At the end of these talks MacArthur made a vague announcement praising Chiang’s anti-Communism, but further stated that “arrangements have been completed for effective coordination between American forces under my command and those of the Chinese government.” This sounded suspiciously as though Chinese Nationalist troops were to be introduced into the Korean fighting, which was definitely not U.S. government policy. MacArthur cavalierly refused to give details of his supposed plan to the State Department, and even waited four days to report to the Joint Chiefs of Staff, nominally his superiors, on this important meeting.” (DONALDSON, 2013, p. 203)

<sup>4</sup> Importante ressaltar que pode-se encontrar tais trechos em página oficial do governo estadunidense: <<http://www.nj.gov/military/korea/biographies/macarthur.html>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

<sup>5</sup> Do original: “The enemy, therefore must by now be painfully aware that a decision of the United Nations to depart from its tolerant effort to contain the war to the area of Korea, through an expansion of our military operations to its coastal areas and interior bases, would doom Red China to the risk of imminent military collapse.” (JAMES, 1985, p. 586)

A importância de Taiwan para a vitória sobre a China fica evidenciada inclusive no curso da Guerra da Coreia:

Apesar de estar em meio a um confronto ao longo do perímetro de Pusan, MacArthur, no entanto, encontrou tempo para criticar a política do governo em sua mensagem para os Veteranos de Guerras Estrangeiras em 20 de agosto, dizendo que os Estados Unidos, por uma questão de lógica militar, deveriam manter Taiwan como um 'porta-aviões impossível de ser afundado', como um ponto crítico de um arco geográfica natural de defesa para proteger os interesses dos EUA no Pacífico. MacArthur salientou a importância estratégica de Taiwan e insistiu que os EUA deveriam, a qualquer custo, manter o controle daquela Ilha. Ele foi categórico ao sugerir que os EUA seriam capazes de utilizar Taiwan como base em quaisquer futuras operações contra o continente 'asiático'<sup>6</sup>. (LIU, 2004, não paginado, tradução nossa).

As futuras operações, a que se refere MacArthur no excerto acima, seria a invasão da China, pois a lógica do uso do porta-aviões, inafundável no caso de Taiwan, seria a projeção de força. A presença na Ilha era necessária para executar os planos do General de invadir o continente. Com seu estilo grandiloquente,

[...] ele também apontou para o fato de que Taiwan seria uma grande ameaça à segurança dos EUA se controlado por um poder hostil. [...] 'Nada poderia ser mais falacioso', acusou ele, 'que o argumento esfarrapado, daqueles que defendem apaziguamento e derrotismo no Pacífico, que se defendermos Formosa alienaremos a Ásia continental. Aqueles que falam assim não entendem o Oriente'.<sup>7</sup> (LIU, 2004, não paginado, tradução nossa).

A abertura de uma frente de batalha na Península Coreana era do interesse de Jiang Jieshi, tendo em vista proximidade dela à Manchúria, região estratégica chinesa e local onde se iniciou sua derrota para os comunistas após a Longa Marcha de Mao. A possibilidade de envio de tropas nacionalistas à Península surge como reedição da experiência chinesa nas Guerras Sino-Japonesas (GSJ). O Tratado de Shimonoseki (1895), resultante da I GSJ, deu soberania ao Japão sobre a Ilha de Formosa; e fez a China abdicar de sua influência sobre a Coreia, processo que se concluiu em 1910 com a anexação japonesa da Península. A criação do Estado fantoche de Manchukuo (1932), na Manchúria, pelo Império Japonês, seguiu-se à

<sup>6</sup> Do original: "In spite of his embattled situation along the Pusan Perimeter, MacArthur nonetheless found time to criticize administration policy in his message to the Veterans of Foreign Wars (VFW) on August 20, saying that the United States, as a matter of military logic, should keep Taiwan as an "unsinkable aircraft carrier", as a critical salient of a natural geographic arc of defense to protect US interests in the Pacific. MacArthur stressed the strategic importance of Taiwan and insisted that the US must, at any cost, retain control of that island." (LIU, 2004, não paginado)

<sup>7</sup> Do original: "He strongly hinted that the US would be able to use Taiwan as a base in any future operations against the "Asiatic" mainland. He also pointed out that Taiwan would be a formidable threat to US security if controlled by an unfriendly power. [...] 'Nothing could be more fallacious', he charged, 'than the threadbare argument by those who advocate appeasement and defeatism in the Pacific that if we defend Formosa we alienate continental Asia. Those who speak thus do not understand the Orient.'" (LIU, 2004, não paginado)

invasão da região, o que se tornou possível pela sua presença na Coreia. Durante a II GSJ, os bombardeios aéreos iniciais sobre Xangai (1937) e Chongqing (1938) partiram de bases em Formosa (HÅKAN, 2013), e ajudaram no avanço japonês sobre o continente (HARMSEN, 2013). A Figura 1 mostra o mapa de batalhas da I GSJ, com o avanço japonês sobre a Coreia, Formosa, Manchúria e Península de Shandong. A Figura 2 mostra o avanço japonês sobre a China de 1931 a 1938.

**Figura 1 – Primeira Guerra Sino-Japonesa**



Fonte: Larsen (2006).

**Figura 2 – Avanço japonês sobre a China – 1931 a 1938**



Fonte: Heineman (2011).

O primeiro mapa demonstra o que pode ser considerado como a preparação operacional para a posterior invasão da massa continental chinesa, como ilustrada no segundo mapa. A tomada da península coreana, e a posterior tomada de Formosa a partir dela, foi o que possibilitou o avanço japonês pelo continente. A presença das tropas de Jiang Jieshi na Coreia permitiria a reedição das manobras japonesas demonstradas nos mapas acima.

### 2.1.2 A decisão chinesa de entrar na Guerra da Coreia

As interpretações mais tradicionais apontam principalmente para o internacionalismo comunista e para a lógica da segurança nacional como motivadoras principais para o engajamento (BYUNG, 1996). Na análise aqui proposta, busca-se trazer a questão de Taiwan, e conseqüentemente da reunificação nacional, como fator implícito por trás da decisão chinesa. A possibilidade de se verem envolvidos em uma nova guerra em duas frentes pode ser percebida como um fator importante para a decisão dos comunistas chineses em entrar na Guerra, mesmo sem apoio soviético (DEUTSCHER, 1950). No dia 10 de outubro, após um período em Moscou negociando os termos da ajuda soviética ao esforço chinês, o Primeiro-Ministro Zhou Enlai alertou que Stálin não concederia apoio aéreo à operação. Isso acarretou

a suspensão imediata da decisão de intervir na Península, consensuada após dez dias de intensas reuniões do Birô Político do Comitê Central (Politburo) do Partido Comunista Chinês. Paralelamente, Mao Zedong chamou Peng Dehuai e Gao Gang, responsáveis, respectivamente, pela iminente operação e pelos assuntos militares do PCCh no nordeste da China, de volta à China para consultas (HUNT, 1992). Na sessão de reuniões no dia 13 de outubro a cúpula do Partido decidiu, em acordo unânime, o envio de tropas, mesmo sem a garantia de apoio aéreo, e o perfil da operação:

A reunião de 13 de outubro do Politburo e as discussões de Mao com Peng no dia 14 produziram consenso em torno de proceder com cautela e evitando um confronto direto com os Estados Unidos. Os voluntários deveriam concentrar seus ataques contra as forças "fantoche" da Coreia do Sul e evitar acertar as forças americanas, apenas isoladamente. Os voluntários deveriam, além disso, não fazer um avanço rápido, mas sim estabelecer uma base de operações na região montanhosa ao norte de Pyongyang e Wonsan. Se as forças americanas não avançassem além desses dois pontos por seis meses, em seguida, as forças chinesas ganhariam tempo para se prepararem para qualquer ação que Pequim pudesse achar melhor no final desse período. A resolução do Politburo opinou, um tanto vagamente, que tal ação 'produziria uma mudança a nosso favor.' O consenso não abordou a possibilidade de que MacArthur poderia continuar seu avanço rápido, não dando às forças chinesas período de tolerância e a Pequim nenhuma chance para uma resolução pacífica do confronto.<sup>8</sup> (HUNT, 1992, p. 463, tradução nossa).

Nota-se, a partir do excerto acima, que a preocupação chinesa estava calcada em considerações estratégicas. Como coloca Henry Kissinger, “[a] estratégia chinesa geralmente exhibe três características: análise meticulosa de tendências de longo prazo, estudo cuidadoso de opções táticas e exploração imparcial de decisões operacionais” (KISSINGER, 2011, p. 143). A intenção de estabelecer um impasse para se permitir um retorno à diplomacia, enquanto se prepara para a continuação do combate caso esta falhe, era condizente com o momento estratégico vivido pela China. A República Popular acabara de completar apenas um ano de existência, e não havia controle pleno sobre todo o território. Tal intenção foi reiterada por Mao em mensagem a Zhou Enlai, na época em Moscou negociando o possível apoio soviético à operação (HUNT, 1992). O autor afirma que, mesmo não sendo possível

---

<sup>8</sup> Do original: “The 13 October Political Bureau meeting and Mao's discussions with Peng on the 14th produced a consensus in favor of proceeding cautiously and avoiding a direct challenge to the United States. The volunteers were to concentrate their attack on the South Korean "puppet" forces and avoid hitting any but isolated American forces. The volunteers were, moreover, not to make a rapid advance but rather establish a base of operations in the mountainous region north of Pyongyang and Wonsan. If American forces did not advance beyond those two points for six months, then Chinese forces would gain time to prepare for whatever action Beijing might think best at the end of that period. This action, the Political Bureau resolution somewhat vaguely opined, would "produce a change to our advantage." The consensus did not address the possibility that MacArthur might continue his rapid advance, giving the Chinese force no grace period and Beijing no chance for a peaceful resolution of the confrontation.”

saber se a criação de uma “zona tampão” na Coreia bastaria para os chineses em um cenário que eles mantivessem as condições de prosseguir avançando na Península, Mao era suficientemente discípulo de Sun Zi (Sun Tzu) para perseguir sincronicamente estratégias aparentemente contraditórias, deixando que as futuras táticas sejam determinadas pelas futuras conjunturas. Já os Estados Unidos não tinham essa capacidade de harmonizar objetivos políticos e militares, e se obstinaram nos termos construídos na lógica paroquial do início da Guerra Fria, de “obter a vitória” no conflito (KISSINGER, 2011). Assim, em 19 de outubro, os chineses entram na Coreia para que a correlação de forças novamente se alterasse, permitindo novo avanço das tropas do ELP, mais dois anos de intensos conflitos, e o retorno da fronteira para o Paralelo 38.

## 2.2 AS PRIMEIRAS CRISES DOS ESTREITOS (1954-1955/1958)

Durante a década de 1950, o Estreito de Taiwan foi o palco de novas tensões entre a ilha e o continente. Por extensão, estes foram momentos de grande tensão entre chineses e estadunidenses. Os enfrentamentos, ocorridos respectivamente em 1954-55 e 1957-58 vieram a ser chamados de Primeira e Segunda Crises do Estreito. Os Estados Unidos intervieram nas duas crises, que também contribuíram diretamente para o rompimento entre China e União Soviética. Na primeira crise, em 1954, a frota americana se posicionou no Estreito para evitar confrontação direta de tropas. É nesse episódio que o então Presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, afirmou não descartar a utilização da bomba atômica em um conflito com os chineses. Em 1957, foi então instalado o sistema de mísseis MGM-1 “Matador”<sup>9</sup> na Ilha, que poderia levar ogivas nucleares para o continente (YAZHOU, 2008).

A instalação do Matador, com sua capacidade de perpetrar extermínio de grandes contingentes populacionais, remeteu os chineses à lembrança dos bombardeios japoneses sobre Xangai (1937) e Chongqing (1943), durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa. Somou-se a isso o fato dos mísseis MGM-1 transportarem ogivas nucleares, o que poderia tornar a China o palco de uma guerra nuclear (YAZHOU, 2008). Esses dois fatores contribuíram de forma decisiva para os reflexos políticos para a China após crises do Estreito: o rompimento sino-soviético, a adoção do Grande Salto Adiante e o desenvolvimento do programa nuclear militar (VISENTINI *et al.*, 2013).

---

<sup>9</sup> O sistema Matador consistia em um míssil cruzador tático superfície-superfície que carregava ogivas nucleares (MGM-1), que por ser de baixo rendimento era capaz de espalhar radioatividade por uma grande área.

A primeira crise iniciou-se em agosto de 1954, quando Jiang Jieshi determinou o envio de 73 mil homens para as ilhas de Jinmen (Kinmen ou Quemoy) e Mazu (Matsu). Estas ilhas, que ficaram sob o controle do governo liderado pelo Guomindang, se localizam mais próximas ao continente, como demonstra a Figura 2.3 (GUSS, 2007).

**Figura 3 — Mapa do Estreito de Taiwan**



Fonte: Guss (2007).

Seguiu-se uma escalada de tensões. Zhou Enlai respondeu afirmando que Taiwan deveria ser libertada. Os Estados Unidos passaram a pressionar os comunistas a não atacar as forças de Jiang Jieshi e enviaram a Sétima Frota para o Estreito de Taiwan. A partir de setembro, o governo comunista passou a bombardear as Jinmen e Mazu, e posteriormente Dachen e Yinjiangshan, na costa de Zhejiang (PIKE, 2013). Isso acelerou as tratativas para um Tratado de Defesa Mútua entre Taipei e Washington, que foi assinado no final do ano. O Tratado abrangia o caso de um ataque de Pequim às ilhas de Taiwan e Penghu, mas omitia Jinmen e Mazu. Desta feita, o ataque continental a Jinmen e Mazu persistiu no início do ano seguinte.

Os Estados Unidos subiram o tom e tanto o Secretário de Estado, John Foster Dulles, quanto o Presidente, Dwight Eisenhower, ameaçaram utilizar armas nucleares “como se fossem balas” (KISSINGER, 2011; MARTINS, 2013). Diante da ameaça e do não apoio soviético, a China recuou e Zhou Enlai afirmou durante a Conferência de Bandung, em 1955, que seu governo tinha a disposição de negociar. Apesar disso, as forças continentais



conseguiram tomar as ilhas de Dachen e Yijiangshan, na costa da província de Zhejiang (CHEN, 2001; KISSINGER, 2011).

A incapacidade chinesa em resistir à chantagem nuclear dos Estados Unidos produziu um intenso debate na cúpula do Partido Comunista Chinês. A ala liderada por Liu Bocheng e Ye Jianying apresentava como opção a criação de um programa nuclear militar próprio, que eventualmente demandaria um foco maior na indústria pesada em detrimento das demais áreas da economia. A corrente de Peng Dehuai e Liu Shaoqi, por sua vez, propunha um desenvolvimento econômico equilibrado e gradual, consonante à construção de capacidades convencionais, o que em última instância tornaria a economia chinesa mais sustentável no longo prazo. O argumento de Peng era de que, num primeiro momento, o guarda-chuva nuclear soviético seria capaz de assegurar a dissuasão chinesa e, por essa razão, o país poderia e deveria se concentrar no desenvolvimento de capacidades convencionais (GODWIN, 1988; MARTINS, 2013).

Após a Primeira Crise do Estreito, o governo de Jiang Jieshi reforçou seus efetivos em Jinmen e Mazu e passou a incursionar em território chinês, por meios aéreos e terrestres. Em 1957, os EUA despacharam seu 868º Esquadrão Missilístico Tático, com unidades do sistema “Matador” (VISENTINI *et al.*, 2013).

O “Matador” representava uma alternativa mais barata de espalhar radiação no território continental da China, visto que utilizava mísseis cruzadores superfície-superfície – e não balísticos – com capacidade de disparo ogivas nucleares (MGM-1). Seu alcance, cerca de 1000 km (620 milhas), tornava-o capaz de atingir grandes cidades chinesas (PIKE, 2012). A possibilidade — mesmo que não comprovada — de que o Guomindang pudesse acionar independentemente as bombas tornou-se um fator agravante nos cálculos chineses (MARTINS, 2013). Assim, em julho de 1958, Mao Zedong decidiu bombardear novamente Jinmen e Mazu, utilizando como justificativa o apoio à luta dos árabes contra a intervenção “imperialista” estadunidense no Líbano (MARTINS, 2013).

Mais uma vez, os Estados Unidos intervieram, ameaçando lançar armas nucleares contra o território chinês. Diante da ameaça nuclear estadunidense, a China buscou o apoio soviético. A União Soviética manteve sua política de “Coexistência Pacífica” com os Estados Unidos e não se mostrou disposta a defender a China em um conflito nuclear por Taiwan. Com a tímida resposta soviética, os chineses tiveram de recuar e constataram que não poderiam contar com o guarda-chuva nuclear soviético (CHEN, 2001; ROBERTS, 2012).

Somadas, a recusa soviética em transmitir tecnologia para o desenvolvimento do programa nuclear militar chinês<sup>10</sup>. e a falta de apoio à China na Segunda Crise do Estreito de Taiwan, provocaram o deterioramento das relações sino-soviéticas, que levou à ruptura em 1961 (PIKE, 2010; MARTINS, 2013).

O distanciamento entre os dois países iniciou-se ainda em 1956, com a ascensão de Nikita Khrushchev ao poder na URSS. Khrushchev havia promovido a “desestalinização” e a coexistência pacífica com os Estados Unidos e o mundo capitalista. Para Mao, a influência do revisionismo soviético poderia colocar em risco a legitimidade do PCCh. Além disso, a política de Coexistência Pacífica, lançada por Khrushchev, surgiu pouco tempo após os chineses terem enfrentado a chantagem nuclear americana na Primeira Crise do Estreito, em 1954 e pouco tempo após o fim da Guerra da Coreia. Para a China, tornava-se cada vez menos plausível confiar em um aliado que queria, a todo custo, evitar uma guerra com o seu principal inimigo, os Estados Unidos (VISENTINI *et al.*, 2013).

O desfecho da segunda crise do Estreito de Taiwan também teve uma influência decisiva sobre a evolução política da China Comunista e de sua política de desenvolvimento. Os defensores da criação de um programa nuclear militar próprio venceram o debate, alegando a necessidade urgente de reduzir a diferença tecnológica com relação aos Estados Unidos. O resultado prático foi o surgimento, ainda em 1958, do Grande Salto Adiante (MARTINS, 2013). Este programa priorizava o desenvolvimento da indústria pesada, particularmente o aumento da produção de ferro e aço, por meio do incremento da industrialização rural (DAMAS, 2014; ROBERTS, 2012). A industrialização rural também cumpria a função de descentralizar a produção industrial, o que a tornava menos vulnerável no caso do país sofrer ataques nucleares.

O plano apresentou, no seu início, bons indicadores na produção de ferro e aço. Como resultado, as lideranças aumentaram as metas. Com metas cada vez mais ambiciosas e dado o tenso ambiente político interno provocado pelo Movimento Antidireitista, muitos quadros do partido temiam ser considerados como direitistas e inimigos da revolução, de modo que passaram a manipular os indicadores. O ciclo vicioso produziu desastrosos resultados: a produção real de grãos despencou enormemente em virtude da redução na mão de obra agrícola; os trabalhadores passaram a enfrentar jornadas de trabalho desumanas para cumprir

---

<sup>10</sup> Já havia um programa civil, em cooperação com a União Soviética (ROBERTS, 2012).

as metas estabelecidas<sup>11</sup>. Isto, que pode ser considerada a síntese da política de guerra popular prolongada, em sua interface civil, foi o resultado dos episódios de chantagem nuclear estadunidense (VISENTINI *et al.*, 2013).

### 2.3 REATAMENTO SINO-ESTADUNIDENSE E DIPLOMACIA TRIANGULAR (DÉCADA DE 1970)

O conceito da Diplomacia Triangular de Nixon era baseado na correlação de forças e nas relações entre Estados Unidos, União Soviética e República Popular da China. No início da década de 1970, os Estados Unidos buscaram se aproveitar da ruptura sino-soviética para se aproximar da China, como forma de balancear a influência soviética sobre a Eurásia. Desse modo, a política estadunidense para a China passava do apoio oficial ao Guomindang para os Comunistas. Um dos pontos centrais dessa aproximação era a garantia estadunidense de que a resolução do problema da unificação nacional (ou seja, de Taiwan) seria de prerrogativa exclusivamente chinesa.

Após o rompimento com a União Soviética, a China entrou em uma fase de progressivo isolamento internacional, consonante com a progressiva radicalização ideológica interna, que culminou na Revolução Cultural. Em 1962, houve a guerra com a Índia, vencida pelos chineses. Durante a década de 1960, mantinha-se a rivalidade estratégica da China com os Estados Unidos – principalmente em torno de Taiwan, Vietnã e Coreia – e as relações com a União Soviética se deterioravam cada vez.

Assim, ao final dos anos 1960, a China estava cercada por um ambiente internacional hostil. Além das tensões crescentes com ambas as superpotências, permanecia o impasse com o regime de Jiang Jieshi no Estreito de Taiwan. Além disso, havia a Índia, humilhada pela derrota na guerra de 1962, que acolhia um autoproclamado governo tibetano no exílio. Após 1964, o Japão despontou com uma crescente economia e paulatinamente ampliava suas capacidades militares no Leste Asiático e a devolução de Okinawa em 1972 ao controle de Tóquio, entrelaçou a política de defesa do arquipélago com o projeto de defesa estadunidense sobre a região. (KISSINGER, 2011).

Diante desse quadro, a China passou a reformular sua Política Externa e de Segurança. Esse processo teve início com a convocação de quatro marechais<sup>12</sup> para produzirem uma

---

<sup>11</sup> A radicalização do ambiente político, no contexto de centralização do poder por Mao Zedong, atingiu tal ponto que Peng Dehuai fora demitido do cargo de Ministro da Defesa por tê-lo enviado uma carta pessoal, alertando-o sobre os problemas ocorridos durante a implementação do Grande Salto Adiante (ROBERTS, 2012).

análise sobre as possibilidades estratégicas para a China. Nesse trabalho, concluíram que a União Soviética tornara-se o rival mais perigoso da China. Além disso, após novos estudos, inferiram que os Estados Unidos não poderiam apenas assistir à “luta de dois tigres”, pois receavam que uma vitória soviética resultasse em um império ainda mais poderoso que o estadunidense, especialmente em um momento em que os Estados Unidos pareciam relativamente mais enfraquecidos – durante a Guerra do Vietnã. A melhor alternativa seria, nesse caso, promover os contatos diplomáticos com os EUA (KISSINGER, 2011; XIA, 2006).

A noção de que o governo de Washington acabaria sendo levado a apoiar o lado chinês em um conflito entre China e União Soviética explicaria o ataque preemptivo chinês a uma guarnição soviética na ilha de Zhenbao/Damansky, no rio Ussuri, na fronteira entre o nordeste da China e o sudeste russo. Os embates entre as tropas dos dois países, que tiveram início em março de 1969, se estenderam por seis meses<sup>13</sup>. O conflito teve grandes consequências do ponto de vista geopolítico (KISSINGER, 2012). A primeira foi que a URSS se viu obrigada a encaminhar para as fronteiras com a China um elevado número de tropas. A segunda implicação foi que os EUA perceberam no conflito entre os gigantes socialistas uma chance de reiniciar as relações com a China. O então Assessor de Segurança Nacional estadunidense e futuro Secretário de Estado daquele país, Henry Kissinger (1994; 2012), escreveria mais tarde que essa aproximação criaria o “triângulo estratégico de Nixon”.

Kissinger visitaria a China em 1971, de modo a fazer os primeiros contatos e preparar a visita do Presidente Richard Nixon, que ocorreu em 1972. A visita de Nixon teve como resultado o Comunicado Conjunto de 1972, que marcava o reconhecimento diplomático da República Popular da China pelos Estados Unidos; a existência de uma única China; e o reconhecimento de que a questão de Taiwan era um assunto interno chinês (JOINT..., 1972).

O reatamento com a China estava em conformidade com as políticas que vinham sendo implementadas pelos Estados Unidos durante o governo Nixon como forma de compartilhar as responsabilidades de hegemonia do mundo capitalista e de contenção da União Soviética. Em 1969, fora lançada a Doutrina Guam, que transferia aos aliados estadunidenses a responsabilidade principal por sua própria segurança. Em 1971, os Estados Unidos promoveriam a desvalorização do dólar por meio da quebra do padrão-ouro, que

---

<sup>12</sup>Chen Yi, Nie Rongzhen, Xu Xiangqian e Ye Jianying, que haviam sido expurgados durante a Revolução Cultural.

<sup>13</sup> Além dos choques no Rio Ussuri, ocorreriam outros também na fronteira ocidental, especificamente entre Xinjiang e Tielieketi (região hoje administrada pelo Cazaquistão)

reduziu as exportações do Japão e da Europa para os EUA e incentivou esses centros econômicos a aumentarem seu investimento externo direto (IED). Esse processo foi determinante para o Leste Asiático, pois possibilitou a expansão e consolidação da rede de subcontratação japonesa, abrindo espaço para a ascensão econômica de Taiwan no contexto dos Tigres Asiáticos<sup>14</sup>. Posteriormente, isso resultaria na modernização da indústria chinesa (ARRIGHI, 1998). Em suma, através do *buck-passing*<sup>15</sup> e do *burden-sharing*<sup>16</sup>, o governo de Richard Nixon lançou as bases para o regionalismo e a multipolaridade.

O reatamento entre China e Estados Unidos mudou repentinamente o papel de Taiwan no cenário internacional. O regime liderado por Jiang Jieshi perdeu o assento que tinha na ONU para o governo comunista. Em 1979, quando foram estabelecidas oficialmente as relações diplomáticas entre a República Popular da China e os Estados Unidos, os EUA abandonaram as relações oficiais com o regime liderado pelo Guomindang, reconhecendo o princípio de “Uma China” (JOINT..., 1979).

No âmbito regional, o Japão também iniciou relações oficiais com o governo de Pequim, o que resultou no Comunicado Conjunto de 1972 e no Tratado de Paz e Amizade de 1978, que marcou o reconhecimento japonês do princípio de “Uma China” e a “Cláusula Anti-hegemônica”, que firmava o compromisso bilateral de buscar evitar qualquer outro país ou grupos de países de estabelecer hegemonia no Leste Asiático.

As relações entre Taiwan e Estados Unidos continuaram a existir, porém por vias extraoficiais. Também em 1979, o Congresso estadunidense criou o Ato de Relações com Taiwan, que criava mecanismos para a manutenção de contatos com a ilha por ações executivas, sem força de lei. Entre estes mecanismos, estava o Instituto Americano em Taiwan e a permanência do comércio de armas (EUA, 1979). Em 1982, a China e os Estados Unidos publicaram um comunicado em que os EUA comprometiam-se a diminuir progressivamente a venda de armas para Taiwan, sem que houvesse, todavia, um prazo definitivo para o seu término (UNITED..., 1982).<sup>17</sup> Simultaneamente, os Estados Unidos deram a Taiwan “seis garantias”. Entre elas, a de não reconhecer formalmente a soberania da China continental sobre Taiwan (EUA, 1982).

<sup>14</sup>Na primeira fase, além de Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura; na segunda fase, Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã.

<sup>15</sup>*Buck-passing* significa literalmente “passando o balde”, isto é, passar os custos, nesse caso, de manutenção da ordem regional.

<sup>16</sup>*Burden-sharing* significa literalmente “compartilhamento do fardo”, isto é, dividir os custos, neste caso, de manutenção da ordem regional.

<sup>17</sup>Como afirmado no capítulo anterior, este documento, bem como os comunicados conjuntos de 1972 (visita de Nixon à China) e 1979 (estabelecimento de relações oficiais), são as bases sobre as quais se assentam as relações entre China e Estados Unidos no que tange a Taiwan (LI, 2006).

Por outro lado, as relações interestreito foram bastante distensionadas durante a década de 1980. Isto também era possível pela aliança estratégica forjada entre China e Estados Unidos, tendo em vista a contenção da União Soviética. Assim, da mesma forma que vendia armas a Taipei, houve a criação do programa “Pérola da Paz”, segundo o qual os Estados Unidos promoveram massiva transferência de tecnologia na área de aviônica para o caça J-8II (AIR FORCE WORLD, 2012).

O continente continuou buscando reintegrar Taiwan, não mais pela confrontação militar, mas pela combinação entre integração econômica e arranjo político-institucional. Do ponto de vista econômico, houve a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE), entre elas Xiamen, a cidade da China mais próxima de Taiwan, o que poderia ser considerado um chamamento direto para que empresários taiwaneses investissem no continente.

Do ponto de vista político-institucional, a Constituição de 1982 instituía o “Um País, Dois Sistemas” que propunha a criação de “Regiões Administrativas Especiais”, que manteriam seus sistemas político e social, cedendo ao governo de Pequim a soberania sobre política externa e defesa. Em Taiwan, viria a ocorrer a abertura política e o fim da lei marcial em 1987, e, simultaneamente, a ascensão de figuras nativas, dentre os quais o futuro presidente Lee Teng-Hui.

Assim, a partir dos eventos e seus impactos descritos nessa seção, é possível concluir que Taiwan pode servir de esteio tanto para a aproximação quanto para o afastamento entre China e Estados Unidos.

#### 2.4 AS CONFLAGRAÇÕES NO MAR DO SUL DA CHINA

O Mar do Sul da China (MSC) é uma das regiões estratégicas mais importantes do entorno chinês. O MSC é delimitado ao norte pela China, a nordeste por Taiwan, a oeste pelo Vietnã, pelo Camboja, pela Península da Malásia e por Sumatra, a leste pelas Filipinas e ao sul por Borneo e pelas ilhas Bangka-Belitung.

Além de se constituir como corredor de passagem da maior parte da navegação comercial do mundo, estima-se que grandes reservas de hidrocarbonetos se encontrem em seu subsolo. Nesse contexto, o controle de seus pontos de acesso e de possíveis plataformas de projeção naval (ver se conceito já apareceu, se não fazer nota de rodapé) é disputado pelas nações da região, principalmente no que diz respeito às Ilhas Xisha (Paracels) e às Ilhas Nansha (Spratlys).

A posse de ambos os arquipélagos oferece a possibilidade de negar acesso (ou garanti-lo) ao Mar do Sul da China através da projeção naval, cortando linhas de comunicação marítima (SEALOCs) e protegendo o entorno estratégico dos países da região.

A China reclama posse sobre as ilhas do Mar do Sul da China desde 1947, quando divulgou um mapa delimitando sua soberania marítima (PIKE, 2014<sup>18</sup>). Esta delimitação (conhecida como “Linha de Nove Traços”, ou “Nine-Dash Line”) reivindica todo o MSC como parte do Mar Territorial chinês, incluindo as ilhas Xisha e Nansha. Esta reivindicação foi reafirmada pela “Lei da República Popular da China Sobre o Mar Territorial e Zona Contígua de 1992”<sup>19</sup>, e através da “Declaração sobre as Linhas Basilares do Mar Territorial de 1996”<sup>20</sup>, muito embora este último documento não mencionasse a posse sobre as ilhas Nansha.

#### **2.4.1 Paracels/Xisha (1974)**

As Ilhas Xisha estão no centro de disputas territoriais entre China, Vietnã e Taiwan. Os três países baseiam suas reivindicações na ocupação histórica das ilhas: China e Taiwan tem como base evidências arqueológicas que remontam a 206 A.C., enquanto Vietnã argumenta que as ilhas foram ocupadas pela França em 1930 e que, portanto, passariam à posse do Vietnã, seu sucessor na região.

Durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa, o Japão tomou as principais ilhas do Mar do Sul da China. Quando da rendição japonesa em 1945, as ilhas passaram ao controle do governo Nacionalista chinês. Em 1949, entretanto, com a Revolução Comunista e o exílio do governo nacionalista, as ilhas passaram para o controle da República Popular da China (RPC), que ocupou apenas uma das ilhas. Em 1969, o Vietnã do Sul alocou tropas em algumas das ilhas do sul do arquipélago. Nesse contexto, estabeleceu-se uma divisão tácita das ilhas: a

<sup>18</sup> Os eventos descritos nessa seção têm como fonte central os artigos de John Pike extraídos do sítio eletrônico “Global Security”, referenciados na bibliografia como PIKE, 2014.

<sup>19</sup> Os dois primeiros artigos desta Lei são: “Artigo 1º A presente Lei foi estabelecida pela República Popular da China para exercer a sua soberania sobre o mar territorial e o controle sobre a sua zona contígua, e para salvaguardar a segurança nacional e os seus direitos e interesses marítimos. “Artigo 2º O mar territorial da República Popular da China é uma zona de mar adjacente ao território e às águas interiores da República Popular da China. O território terrestre da República Popular da China inclui a porção continental da República Popular da China e suas ilhas costeiras; Taiwan e todas as ilhas pertencentes aos mesmos, incluindo as ilhas Diaoyu; as ilhas Penghu; Ilhas Dongsha; Ilhas Xisha; Ilhas Zhongsha e as Ilhas Nansha; bem como todas as outras ilhas pertencentes a República Popular da China. As águas situadas no interior das linhas de base do mar territorial da República Popular da China constituem as águas interiores da República Popular da China.” (CHINA, 1992, não paginado, tradução nossa).

<sup>20</sup> Esta declaração estabelece as coordenadas das ilhas declaradamente reivindicadas pela República Popular da China.

porção oeste (Crescente), seria ocupada pelo Vietnã, enquanto a leste (Amphirtle) ficaria sob a tutela da RPC.

Em fins de 1973, o Vietnã estende suas reivindicações no Mar do Sul da China, alcançando (e enviando tropas para) as Ilhas Nansha. Em resposta, quatro meses depois, a RPC declara a ocupação vietnamita como uma infração à sua soberania e integridade territorial, e entre 11 e 15 de janeiro de 1974 iniciou a ocupação da porção Crescente das Ilhas Xisha.

A ordem da batalha naval do lado da República do Vietnã (Vietnã do Sul) incluiu três fragatas (HQ-5, HQ-16, HQ-4) e um navio-varredor (HQ-10). Do lado da República Popular da China, incluiu quatro caça-submarinos (271, 274, 281, 282) e dois navios-varredores (389, 396). As forças chinesas contaram com o apoio aéreo dos J-6, embora estes não possuíssem alcance para oferecer cobertura sobre as ilhas em si por tempo suficiente. O mesmo problema de alcance afetava a eficiência da cobertura aérea dos F-5 vietnamitas (YOSHIHARA, 2016).

Em 19 de janeiro, forças chinesas desembarcaram na Ilha Duncan, forçando a retirada do contingente vietnamita. O conflito escalou novamente, estabelecendo-se uma conflagração entre os navios de guerra dos dois países. No dia seguinte (20 de janeiro) a Marinha Chinesa desembarcou ainda mais tropas nas ilhas da porção Crescente das ilhas Xisha.

#### **2.4.2 Spratlys/Nansha (1988)**

Por sua proximidade territorial, as ilhas Nansha são reivindicadas (além de por China, Taiwan e Vietnã, mais distantes) pelas Filipinas e Malásia. Em 1987, com as crescentes atividades chinesas de prospecção no arquipélago, a região se colocou em alerta. O Vietnã, em particular, acusou a RPC pela violação de sua soberania nas ilhas através do desembarque de tropas em dois recifes, em 1988. Ignorando os protestos vietnamitas, a RPC continuou a ocupar territórios nas ilhas Nansha, iniciando a construção de uma base. Nos meses que se seguiram, Vietnã e China continuaram a ocupar mais territórios, com uma escalada crescente de conflito que culminou em conflagração em 14 de março de 1988.

O confronto foi de curta duração (cerca de 30 minutos), e China e Vietnã discordam acerca dos gatilhos da conflagração. De qualquer forma, depois da escaramuça, ambos os países continuaram a tomar ilhas e recifes nas ilhas Nansha. Além disso, após o episódio, os demais países reivindicantes reforçaram a segurança na região: Taiwan enviou mais tropas aos seus territórios, assim como as Filipinas e a Malásia.



## 2.5 O FIM DA BIPOLARIDADE E A TERCEIRA CRISE DO ESTREITO

O fim da bipolaridade no Sistema Internacional entre EUA e URSS afetou profundamente a interação estratégica interestreito. Nesse momento, mesmo após ter vencido a Guerra Fria, os estadunidenses intervêm na questão da segurança interestreito, mesmo após as garantias feitas na década de 1970, e foi um dos principais fatores que, segundo a maioria dos analistas, levou a RPC a atualizar sua estratégia e perfil de forças (YAZHOU, 2008).

Esta percepção chinesa de enfraquecimento de sua posição estratégica pode ser depreendida de dois eventos: os “Protestos da Praça de Tiananmen” e a Terceira Crise dos Estreitos. O primeiro demonstra o fim do consenso criado a partir da diplomacia triangular de Nixon e as fraquezas político-diplomáticas da RPC. O segundo alerta para a deterioração de suas Forças Armadas e o progressivo distanciamento da RPC de cumprir o seu principal objetivo desde a segunda conflagração sino-japonesa.

No Leste Asiático podemos utilizar como evento marco para o fim da Guerra Fria os “Protestos da Praça de Tiananmen”, ocorrido em meados de 1989. Milhares de estudantes, oriundos da emergente classe média chinesa, reuniram-se nesta praça para exigir uma série de reformas dentro do Partido Comunista Chinês. As demandas foram radicalizadas pela repercussão midiática, levando à repressão que o governo central teve de impor tendo em vista as repercussões nocivas que se seguiriam: “desagregação do país e colapso do sistema socialista” (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 117), posteriormente observadas na União Soviética.

Entretanto, para além dos reflexos deste evento para a política interna do PCCh, importa o impacto externo que este evento representou. A reação estadunidense foi contrária à diplomacia triangular estabelecida até então. Os EUA lideraram, em nome da democracia e dos direitos humanos, a constituição de um embargo econômico conjuntamente com seus aliados (o qual a proibição de venda de armamentos permanece até hoje). Não só as bases do relacionamento sino-americano haviam sido abaladas, como também o desenvolvimento econômico e as reformas promovidas por Deng Xiaoping e seus partidários, que estiveram no limite de serem gravemente comprometidas. Esta atitude estadunidense reflete a sua transição de uma estratégia focada na contenção de grandes potências para uma tentativa sem foco de evitar a ascensão de potências regionais<sup>1</sup> (FRIEDMAN, 2011), o que resultou na suspensão de antigos compromissos tácitos firmados no âmbito do relacionamento sino-japonês.

Enquanto o governo estadunidense aprovou um pacote de sanções econômicas (RENNACK, 2006), o governo japonês ofereceu suporte. O então Primeiro-Ministro japonês Kiichi Miazawa, procurando defender os investimentos japoneses na China, declarou: “não permitiremos que noções abstratas de direitos humanos afetem nossas relações com a China” (HUNTINGTON, 1996, p. 242). Desta forma o Japão dá início a uma política mais voltada para o continente asiático. Este não foi um evento isolado, uma vez que os Estados da ASEAN, Hong Kong e a Coréia do Sul também não viam com bons olhos os “sermões ocidentais” que recaíam também sobre Indonésia, Mianmar e outros Estados acusados de cometer violações aos direitos humanos (HUNTINGTON, 1996).

Àquela época, imaginava-se que o evento era apenas o prenúncio do desmanche da República Popular da China (RPC), assim como estava ocorrendo com a vizinha União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esse evento demonstrou à China que seria necessário um reposicionamento de sua política externa e uma reformulação de seu pensamento estratégico. Um retorno à região, fundando um novo momento de integração regional e uma reestruturação de seu desenvolvimento econômico, agora voltado para o desenvolvimento interno. Dessa forma, testemunhou-se a ascensão do “dragão chinês” e o distanciamento asiático das diretrizes ocidentais. Esta “afirmação asiática” viria acompanhada de novas formas de cooperação interasiática, o que incluiu a criação do Foro Econômico Asiático Oriental (EAEC) e a expansão da ASEAN na década de 1990 (HUNTINGTON, 1996).

Contudo, ainda restava equacionar a estratégia chinesa no âmbito militar. O evento que impulsionou este processo foi a Terceira Crise do Estreito, visto que ele evidenciou ao mundo as fraquezas das Forças Armadas Chinesas.

Em 1988, Lee Teng-hui sucede Jiang Jinguo na presidência de Taiwan e do Guomindang, permanecendo na presidência até 2000<sup>21</sup>. Lee, além de ser o primeiro presidente nativo de Taiwan<sup>22</sup>, também iniciou uma campanha em prol de uma identidade taiwanesa em detrimento da tradicional identidade chinesa. Apesar da demonstração do apoio japonês à China no incidente de Tiananmen, Taiwan considerava o Japão (seu maior parceiro comercial na Ásia à época) um importante aliado. Esta percepção tem origem no sentimento que os nativos mais antigos da ilha, no que se inclui Lee Teng-hui, possuem de pertencimento ao Japão, já que a ilha foi durante 50 anos parte do território japonês e após 1949 manteve relações muito mais próximas com os japoneses do que com os chineses do continente.

---

<sup>21</sup> Primeiro presidente eleito por eleições diretas em 1996.

<sup>22</sup> À época, a maioria dos políticos relevantes em Taiwan vieram do continente chinês na ocasião da retirada do Guomindang.

Conjuntamente com o Japão, o governo de Lee Teng-hui pretendia se utilizar do reposicionamento estratégico estadunidense para promover a independência taiwanesa. “Com a derrota da URSS em 1991, os EUA se movimentaram em direção do reconhecimento da Independência de Taiwan, revisando o fundamento principal das relações sino-estadunidenses: o princípio de uma só China” (VISENTINI *et al.*, 2013, p. 127). Dessa forma, a terceira crise do estreito eclodiu no biênio 95-96. Seu estopim se deu com a viagem do então líder taiwanês Lee Teng-Hui para os Estados Unidos, e pela autorização do governo deste país em lhe conceder visto de entrada (ROSS, 2000).

Para a RPC a ação era uma afronta a tudo que já havia sido acordado entre os dois países sobre a situação da Ilha e representava, para alguns dentro da política chinesa, a institucionalização da separação entre a Ilha e o Continente sob os olhos estadunidenses (GARVER, 1997). Durante a visita aos Estados Unidos, além de ministrar uma palestra na Cornell University, Lee se encontrou com políticos daquele país. Em 1995 o ELP realizou testes de mísseis próximo a Taiwan e conduziu exercícios navais que simulavam assaltos anfíbios, que foi respondido pelos Estados Unidos com o envio de dois Carrier Strike Groups (CSGs) para a proximidade do Estreito com o intuito de prevenir a invasão chinesa da Ilha, ocasionando o fim das tensões militares sem uma resolução política no momento (ROSS, 2000).

O resultado da crise traz uma nova consciência de situação à RPC no que tange suas capacidades militares. Com a chegada dos CSGs, a RPC percebeu suas limitações reais, no caso da necessidade de intervir na Ilha de Taiwan, frente à capacidade de projeção de forças estadunidense. Não lhe seria possível alcançar uma simetria de capacidades com os Estados Unidos necessária para invasão da Ilha. A RPC já havia assistido recentemente a uma outra demonstração de força estadunidense, isto é, a Guerra do Golfo de 1991. Além disso, percebe que nem a interdependência econômica, ou seja, o convencimento pelos meios de pagamento, é capaz de garantir alavancagem junto aos EUA para atingir seus objetivos de reunificação nacional. É nesse ponto que a China passa a buscar incorporar no desenvolvimento das suas Forças Armadas as respostas assimétricas que lhe garantam liberdade de ação em suas águas próximas, que mais tarde seriam conhecidas como táticas Anti-Acesso e de Negação de Área (A2/AD, na sigla em inglês).

O somatório destes dois eventos, o incidente de Tiananmen e a Terceira Crise do Estreito, resultaram em uma total reorientação estratégica. No âmbito político-diplomático, Pequim passou a priorizar a política regional e seus vizinhos regionais, abrindo caminho para

diversas iniciativas de integração, como o ASEAN+3, a Comunidade do Leste Asiático, o RCEP e a nova Rota da Seda. No âmbito econômico, abandonou-se o perfil exclusivo de plataforma de exportação, representadas nas ZEE de Deng, e passou-se a fomentar um mercado consumidor interno e investir-se no desenvolvimento da infraestrutura interna e regional. Quanto ao âmbito militar, a China não podia mais confiar apenas nos números de suas FFAA e na parceria com os EUA para o confronto com a URSS, sua principal ameaça, e necessitou desmobilizar o ELP de atividades econômicas (VOGEL, 2011) e empreender um processo de reformulação doutrinária e de modernização baseado no A2/AD.

Quanto a Taiwan, o compromisso com uma identidade panchinesa e com uma futura reunificação só foi retomado com o retorno do Guomindang ao governo em 2008, com Ma Yingjiu (Ma Ying-jeou). Como resultado, os dois lados do estreito acordaram em 2008 o retorno de linhas marítimas e aéreas de transporte de pessoas e bens de forma direta, desde 1948 o intercâmbio não se dava de forma direta (XINHUA, 2008). Em 2010, Taiwan e China assinaram o Acordo de Cooperação Econômica (ECFA na sigla em inglês), primeiro acordo do tipo desde 1949, que tem por objetivo normalizar as relações econômicas reduzindo tarifas e eliminando barreiras comerciais entre os dois lados do estreito (CHINESE..., 2010). Conseqüentemente, a China continental se tornou um dos maiores parceiros comerciais de Taiwan juntamente com Japão e EUA. O sucesso desta política de aproximação acabou por reeleger o presidente Ma Yingjiu em 2012.

Neste contexto, o Japão procurou reafirmar seu compromisso com a política de “uma China”. Inclusive no momento de maior tensão, em 2006, quando o presidente de Taiwan, Chen Shui-bian, manifestou a intenção de abolir os organismos a cargo da política de unificação e aderir a ONU como um país independente (MOFA, 2006).

Quanto aos EUA, sua investida contra a China no início dos anos 1990 serviu apenas para precipitar o impulso de aproximação entre os países asiáticos. Conforme Friedman (2011) expôs, esse período foi de redefinição estratégica para os EUA. Porém, os estadunidenses carecem de uma grande estratégia definida até os dias de hoje, nem mesmo a guerra ao terror foi capaz de coesionar o pensamento estratégico estadunidense gerando uma percepção clara de seus objetivos para o resto do mundo. Os EUA ainda iriam interferir mais uma vez nas relações interestreito, desta vez na forma da proposição de sua nova doutrina operacional, a Batalha AeroNaval, questão analisada no quarto capítulo.

## 2.6 REFLEXÕES PRELIMINARES: TAIWAN E OS PADRÕES RECORRENTES NA ESTRATÉGIA CHINESA

Como visto ao longo do capítulo, Taiwan é uma das questões principais no relacionamento entre China e EUA. Os eventos envolvendo Taiwan, analisados ao longo deste capítulo, foram responsáveis por grandes alterações na formulação da estratégia destes dois países. Mesmo que no período da Guerra da Coreia e das primeiras Crises do Estreito a China tenha necessitado se estruturar para fazer frente à chantagem nuclear e à defasagem tecnológica, enquanto ainda passava pelo processo de reconstrução da segunda guerra sino-japonesa e da guerra civil, os EUA consideravam a China parte de uma política única para a contenção do comunismo e da URSS, o que ampliava o valor estratégico da Ilha para os EUA. Somente com a diplomacia triangular de Nixon se tirou proveito das diferenças sino-soviéticas e a China pôde aproveitar o ambiente externo, enquanto Taiwan paulatinamente perdia apoio. Com o fim da guerra fria ocorre uma reorientação estratégica estadunidense, pondo fim à diplomacia triangular, o retorno da rivalidade sino-estadunidense, corporificada na Terceira Crise do estreito. Esta crise foi responsável por uma total reformulação das políticas econômica, externa e de defesa da PRC. Como foi abordado na última seção, o foco chinês passou a ser o regionalismo e a modernização militar. Em termos doutrinários, isso se traduziu na busca pela capacidade de travar e vencer guerras locais sob condições informatizadas (CHINA, 2015).

Do ponto de vista estratégico, Kissinger de fato parece ter ilustrado o padrão histórico do pensamento chinês: “análise meticulosa de tendências de longo prazo, estudo cuidadoso de opções táticas e exploração imparcial de decisões operacionais” (KISSINGER, 2011, p. 143) A China historicamente buscou sempre subordinar a ação militar aos fins políticos, mesmo que isso significasse não obter a vitória no campo de batalha. Frente a seus objetivos estratégicos históricos, a China percebe a contingência de ter de incorrer em guerras locais para cumpri-los. Tendo em mente o que foi exposto na sessão anterior, ou seja, a possibilidade de ter de enfrentar os EUA para concluir sua reunificação nacional, o foco da modernização militar chinesa passa a ser a busca de uma resposta assimétrica a capacidade de projeção de força estadunidense.

Contextualizados os elementos históricos da questão taiwanesa e seus impactos no Leste Asiático, resta aprofundar a análise em dois pontos: as relações interestreito, com foco

na política interna taiwanesa, e o ambiente estratégico atual do Leste Asiático. Serão estes os temas dos dois próximos capítulos.

### 3 O SISTEMA POLÍTICO TAIWANÊS E A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES INTERESTREITO

Essa seção tem por objetivo analisar a evolução do sistema político taiwanês e sua interface com as relações entre os dois lados do Estreito. Para fazer isso, apresenta-se o que Jiang Jinguo (Chiang Ching-kuo), artífice da reforma do GMD e modernização de Taiwan, aprendeu com a experiência do partido no continente: a necessidade da indústria nacional e da burocratização da administração. Diferentemente das duas primeiras crises do Estreito, que podem ser consideradas o legado de Jiang Jieshi, a modernização econômica em Taiwan que ajudou a inserir o Leste Asiático foi produto dessas reformas. Isso possibilitou a reaproximação interestreito pela cooperação econômica, culminando no encontro entre os presidentes Xi Jinping, da RPC, e Ma Yinjiu, de Taiwan, em novembro de 2015. Como reedição do legado de Jieshi, a Terceira Crise traz à tona o que alguns autores apontam como a principal inflexão estratégica do início do século XXI, isto é, o desenvolvimento das técnicas A2/AD da China com redução relativa da capacidade de projeção de forças estadunidense (LEE, 2013).

#### 3.1 O LEGADO DE JIANG JINGGUO: A REVOLUÇÃO NACIONAL

Para entender a Revolução Nacional em Taiwan é necessário contextualizar, brevemente, a situação em que se encontrava o conflito entre o Partido Nacionalista e o Partido Comunista ainda no continente, dado o caráter que tal embate confere à organização do GMD, ponto de partida das suas posteriores reformas que darão o tom da própria revolução. A tentativa de restabelecimento da monarquia na China por Yuan Shikai, em 1915, aliada à morte de Sun Zhongshan, em 1925, galvaniza o apoio dos caudilhos chineses favoráveis à República em torno da figura de Jiang Jieshi. O GMD absorve esses senhores da Guerra, os mesmo que o Partido havia sido criado para combater, convertendo-os em “Generais Nacionalistas”. Sua incorporação insere a pressão latifundiária no GMD, colocando Jiang Jieshi cada vez mais contra os comunistas, culminando na expulsão destes do partido seguida de sua perseguição política em 1927. A luta contra os comunistas passa a ser mais importante para o GMD de Jiang Jieshi que a própria luta contra os japoneses a partir de 1931 (VISENTINI *et al.*, 2013:101).

Interessa saber aqui por que o Partido Comunista foi o vencedor da Guerra Civil Chinesa, e não o GMD, o que se relaciona com o que foi exposto no parágrafo anterior e dará o tom da primeira reforma do Partido Nacionalista, já na Ilha de Taiwan. Ao colocar o combate aos comunistas acima da guerra com os japoneses, Jiang Jieshi trazia antipatia generalizada contra o GMD. Muito relutantemente ele aceita formar junto daqueles a Segunda Frente Única Revolucionária, após muita pressão de seus comandantes e só o fazendo quando os Estados Unidos ameaçam cortar a ajuda econômica ao país se o GMD continuasse recusando a colaborar. Já os comunistas, ao priorizar a sobrevivência da nação chinesa contra o ataque japonês, passam a contar com o apoio dos camponeses, muitas vezes sendo recebidos por estes de bom grado em suas terras, garantindo vitórias sem luta ao Partido Comunista em diversos pontos do país. Mas isso não é tudo. A população via nos comunistas uma saída à taxaço esmagadora, aos abusos do Exército nacional, ao terror da polícia política de Dai Li e à inflação galopante (STILWELL, 1991).

O problema da inflação merece destaque, tendo em vista seu peso na percepção de Jiang Jinguo do fracasso da Revolução Nacional ainda no continente. O problema começa ainda na década que precedeu a invasão japonesa, quando o governo central mudou sua sede para Nanquim. Na época a China conseguia cobrir apenas 80% dos seus gastos através da arrecadação. O resto era financiado por emissão de títulos a preços baixos, o que desviava recursos do investimento privado para a especulação. T. V. Soong e H. H. Kung, respectivamente cunhado e concunhado de Jiang Jieshi, estiveram encarregados da pasta de finanças da República da China no período em questão, e por serem os principais banqueiros do país à época, é evidente o interesse deles no esquema de financiamento do governo (ROBERTS, 2012)

O endividamento governamental continua a crescer, impulsionado ainda mais pelas despesas militares na época da guerra contra o Japão. Entre 1942 e 1945 a inflação atinge mais de 230% ao ano. Tendo em vista os preços fixos dos cereais, a inflação não beneficiou o produtor primário, pelo contrário; tal tendência, aliada ao aumento da taxaço pelo GMD para sustentar o esforço de batalha, levou à fome de Hanan, episódio que deixou 5 milhões de pessoas sem alimentos, trazendo ainda mais antipatia dos camponeses ao Partido Nacionalista (ROBERTS, 2012). Após a guerra, o governo tenta uma reforma monetária sem reforma orçamentária, que não surte efeito, aumentando ainda mais a carestia. A escassez e a inflação deixaram patente a inabilidade gestora do GMD, que, aliada às derrotas no campo de batalha e



ao repúdio popular, causou sua queda e expulsão para a Ilha de Taiwan em 1949 (ROBERTS, 2012).

Após se instalar na Ilha, o GMD implanta lá uma ditadura que durou cerca de 50 anos, a qual ficaria conhecida como o “Terror Branco” (SCHUBERT, 2012). Esse período ditatorial ficou marcado pela perseguição política, como não poderia deixar de ser, mas com uma peculiaridade contra-intuitiva: a repressão na Ilha se focava mais nos partidários da independência do que nos simpatizantes do PCCh (PINTO, 2005). Do lado continental, até meados da década de 1950, vigorava a ideia da “libertação” da Ilha pela força militar.

Esse quadro se reverte ao mesmo tempo em que ocorre a primeira reforma do GMD. Essa reforma adveio da percepção do setor reformista do Partido, encabeçada por Jiang Jinguo. A reforma surgiu da avaliação do fracasso continental do GMD. Como mostrado, a corrupção danosa, a má gestão da economia, a dependência de senhores da guerra e de apoio externo levam ao estabelecimento das diretrizes estratégicas que guiarão a reforma. Enquanto Jiang Jieshi se mostrava irritado com fato de estar perdendo seu poder após ter perdido o continente para os comunistas, o Grupo do Clube Central<sup>1</sup> (CC, como era conhecido), inicialmente muito próximo do Gerenalíssimo e a linha dura do Partido, buscava maior horizontalização da cúpula superior. Isso aproximou o GMD de um racha, com membros importantes cogitando deixar o partido e buscar outras formas de se afirmar politicamente. Nesse momento Jiang Jinguo interveio. Ele era um dos últimos membros do alto escalão que ainda conservava bom relacionamento com as duas alas. Conseguiu instrumentalizar o desejo de reformas do pai e arrefecer os ânimos do CC ao inseri-los em um conselho consultivo, formalmente superior à executiva do partido, mas sem poder real de decisão (LIFU, 1994).

Primeiramente, ocorreu a centralização da economia nas mãos do Estado, mas com a diferença de deixar que o mercado atuasse como parâmetro de eficiência e desempenho. Taiwan passa a utilizar instrumentos de política pública para alocar recursos produtivos (WONG, 2004). Enquanto isso, o parâmetro de eficiência do setor produtivo ficava a cargo do mercado, diferentemente do caso modelo soviético adotado pela China continental, no qual os parâmetros de produção eram decididos pelo governo central. A intervenção estatal foi exercida através da criação de barreiras tarifárias, subsídios em pesquisa e desenvolvimento (P&D), fomento à infraestrutura, incentivo à exportação, e controle centralizado sobre o sistema financeiro (WADE, 2003). A experiência no continente, seja durante a luta contra os comunistas ou contra os japoneses, fez o GMD perceber que não deveria deixar sua indústria

---

<sup>1</sup> Central Club Clique, em inglês.

ao sabor dos interesses dos banqueiros, e nem depender de ajuda externa no caso das munições, visto que assim o esforço de batalha ficava determinado pela mesma vontade externa, necessitando de condições para produzi-las internamente. Esses dois fatores que contribuem para a formação da Indústria Nacional fomentada pelo Estado.

Em segundo lugar, era necessária uma reforma que buscasse a centralização do poder para amparar os esforços anteriores, e dizia respeito principalmente a não permitir a ascensão de senhores da guerra, condição que debilitou a capacidade de governar ainda no continente. Para poder concentrar o poder de decisão central de forma que auxilie o desenvolvimento da Ilha, o GMD burocratiza e profissionaliza o exército e os serviços de inteligência, para repressão, e o serviço público, para gestão da economia (CHENG, 2006). Para isso ficou evidente os esforços de Jiang Jinguo durante a Reforma Central, que passa a recrutar as elites locais da Ilha para aumentar a legitimidade do partido e garantir a consecução de um projeto nacionalista relacionado às reformas econômicas (MYERS, 2007). É a partir dessas reformas que Taiwan se insere no movimento que ficou conhecido como a Revoadá dos Gansos que possibilitou a ascensão asiática. Com o Japão inicialmente liderando o movimento através do seu sistema de subcontratação, utilizando a indústria de Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong e Cingapura para apoiar o desenvolvimento de sua economia de ponta, o Leste Asiático se dinamiza.

Apesar de não haver estudos relacionando a reforma do GMD com a alteração da postura da RPC, pode-se especular que seria mais vantajoso se aproximar de Taiwan uma vez que o personalismo que marcava o GMD tenha sido eclipsado por uma administração central um pouco mais burocratizada. A burocratização nesse sentido significa garantir que a política seja regida por normas (leis) e pelo princípio da impessoalidade. A reunificação não seria politicamente possível de forma pacífica caso o controle da Ilha ainda estivesse sendo exercido em torno da família Jiang; isto é, uma administração burocratizada é mais passível de adaptações com vistas à reunificação sob uma única unidade política chinesa do que uma administração personalista. Sendo este ou não o caso, o que ocorreu de fato foi a busca, a partir de abril de 1955, de iniciativas do PCC para iniciar conversações com o GMD, através de manifestações de Zhou Enlai – então Primeiro-ministro –, Mao Zedong e do Ministro da Defesa, Peng Dehuai (PINTO, 2005). Todas essas iniciativas foram dispensadas publicamente por parte de Taiwan.

A segunda reforma do GMD se dá com a democratização da Ilha, que começa no final da década de 80 e se completa em meados de 90 (LIN, 2000). Aqui se faz importante

uma análise da alteração do regime político taiwanês. Alguns pontos que devemos ter em mente são a alteração do posicionamento do GMD ao longo das décadas, que, sem abandonar a ideia de que existe apenas uma única China, consegue aprofundar, gradualmente, o diálogo com o governo da RPC; o fato de a democratização não ter sido atingida como resultado direto de grandes levantes populares e sim capitaneado pelo próprio GMD; e, mais interessante, o fato de o partido que governou por todo o período ditatorial ter se mantido no poder com a vinda das primeiras eleições. Isso pode ser considerado reflexo da continuidade do projeto nacional, proposto por Jiang Jingguo, entre as fileiras do Guomindang. Tal projeto consegue, através da diplomacia interpartidária, viabilizar uma inserção autônoma das Chinas no cenário internacional, mesmo que politicamente separadas. Para contextualizar tal relação, podem-se apontar os fatos de que, em 1995, Taiwan já era o segundo maior mercado de importação para a RPC e o sétimo colocado, em volume, como destino de exportações; e que metade dos investimentos externos diretos da Ilha tinham a China continental como alvo (WONG, 2005).

Infelizmente, o próprio sucessor escolhido por Jiang Jingguo, Lee Teng-hui, aproveitando-se do fato de a burocratização não ter se consolidado completamente, e adotando um estilo populista ao propor referendos acerca da identidade taiwanesa, consegue abrir caminho para a oposição independentista ganhar a segunda eleição presidencial. Assim, em 2000, vence o Partido Democrático Progressista (PDP), até então oposição. Meses antes destas eleições, James Soong deixa o GMD para concorrer sozinho à presidência: Soong termina com 36,84% dos votos, em segundo lugar, e Lien Chan, do GMD, com 23,10%, em terceiro (DORNELLES JUNIOR, 2006, p. 27). Somadas essas porcentagens, seria muito mais do que o necessário para vencer Chen Shui-bian, candidato do PDP que ficou com 39,3% dos votos. Ainda assim, a coalizão pan-azul manteve maioria legislativa, o que ajudou nos anos subsequentes a manter o curso estabelecido por Jiang Jingguo. Além disso, conforme ilustrado por Dornelles Junior, o GMD continuou até recentemente como a principal força em Taiwan por diversos fatores:

O primeiro deles é o histórico do partido em termos de desenvolvimento econômico, pois entre 1953 e 1985, a economia taiwanesa cresceu em média 8,6% ao ano, o que atualmente permite aos taiwaneses possuir uma renda per capita de, aproximadamente, 15 mil dólares. O segundo fator é o poder financeiro do GMD, uma vez que segundo as estimativas do próprio partido, divulgadas no início de 2001, ele possui 2,6 bilhões de dólares entre bens e capital financeiro. No entanto, um relatório do jornal *Taipei Times*, publicado em março de 2000, estima a fortuna do GMD em cerca de 6,7 bilhões de dólares. De qualquer forma, os recursos financeiros do GMD são muito superiores aos do segundo maior partido da ilha, que

no princípio de 2001 declarou possuir apenas 900 mil dólares. O terceiro fator é a influência do GMD sobre a grande mídia taiwanesa, devido tanto à riqueza do partido, quanto ao fato de que até 1987, todos os canais de televisão de Taiwan pertenciam ao Estado. E, os grandes jornais como o *United Daily News* e o *China Times*, operavam em estreita cooperação com o partido, de tal modo que os editores destes jornais eram eleitos dentro do Comitê Central do GMD. A cooperação dos grandes jornais com o governo trazia importantes “incentivos financeiros” a eles e, para não perder esses “incentivos”, boa parte da mídia impressa continua alinhada com o GMD. (DORNELLES JUNIOR, 2006, p.27-28)

Em 2004, o PDP foi reeleito, mesmo com a aliança de Lien Chan do GMD e de James Soong, agora no Partido Primeiro o Povo (PPP). A vantagem do PDP foi pequena, apenas 30.000 votos. Os motivos da derrota da chapa GMD-PPP são considerados a inexperiência de disputar eleições como oposição, permitindo ao PDP pautar o debate eleitoral, e o avanço da ideia de uma identidade taiwanesa, com o então presidente Chen Shui-bian recorrentemente ameaçando realizar um referendo nacional acerca do tema (DORNELLES JUNIOR, 2006). No plano estratégico, a coincidência dos mandatos do PDP com os de George W. Bush na presidência dos EUA possibilitou a ampliação do apoio taiwanês para uma ordem internacional liderada pelos norte-americanos na Ásia (CHUNG, 2012). A gestão de Chen Shui-bian termina com a figura do presidente em crise de credibilidade por conta de acusações de corrupção, pelas quais foi condenado e preso após o término do mandato (CHEN..., 2010).

### 3.2 COMÉRCIO, INVESTIMENTO E DIÁLOGO: NOVO QUADRO DE COOPERAÇÃO PÓS-2008

A volta dos contatos oficiais ocorre em 2008, após a volta do GMD ao poder e a consequente distensão das relações interestreito. No discurso inaugural de Ma após sua primeira vitória, o presidente declara que se empenharia em recomeçar as consultas interestreito com base no Consenso de 1992 (YINGJIU, 2008). Após trocas de cartas entre a ARATS e a SEF e encontros entre o então presidente da RPC, Hu Jintao, e o então vice-presidente de Taiwan, Vincent Siew, e aquele e o então líder do GMD, Wu Po-hsiung, os encontros chamados de semi-oficiais entre a ARATS e a SEF recomeçam, primeiramente para estabelecer as Três Ligações Diretas. Um dos pontos que marcam o início do período de distensão das relações interestreito ocorre em abril de 2009, quando a RPC retira as objeções oficiais quanto à participação de Taiwan na Organização Mundial da Saúde, que passa a integrar o organismo com o nome de Taipei Chinesa (XIUZHUAN, 2013). O aumento das conversações e acordos interestreito aparentemente resulta também em novos contatos entre

Taiwan e outros países, como mostra o fato de que, entre 2008 e 2011, o número de países e territórios que concedem entrada para moradores de Taiwan passou de 54 para 116.

Ainda na administração do PDP, em abril de 2006, o GMD e o PCCh passam a realizar, após uma série de contatos inter-partido, o Fórum Interestreito de Economia, Comércio e Cultura para promover a aproximação interestreito. Os fóruns acontecem anualmente, com exceção dos dois primeiros, que ocorreram no mesmo ano. O primeiro se focou no comércio, o segundo na cooperação na agricultura, o terceiro em questões de turismo interestreito e educação, o quarto nos setores financeiro e de serviços, o quinto na promoção de trocas culturais, o sexto na indústria emergente em ambos os lados e na competitividade (PENGFEI, 2009). A partir do sexto, devido à maior liberdade de trocas promovida pelo ECFA, os fóruns passaram a abordar diversos temas em cada edição. O nono, realizado em outubro de 2013, traz consigo no seu título o tema “Promover trocas e cooperação, revitalizar a nação chinesa”. Tal título pode refletir o que muitos autores colocam como uma das principais preocupações daqueles que, de ambos os lados do Estreito, querem promover a aproximação e reunificação, isto é, a percepção que a população que reside na Ilha pode estar se distanciando, em termos de identidade nacional, da visão de uma nação chinesa única (LAMS; LIAO, 2011).

Mais uma vez no poder, o GMD busca aprofundar os laços econômicos com o governo da RPC. Diversas iniciativas foram tomadas nessa direção. Uma das principais é o Acordo para Quadro de Cooperação Econômica (ECFA, na sigla em inglês<sup>2</sup>), assinado em 2010, que estabeleceu o primeiro acordo de cooperação entre as partes desde a separação. Idealizada como forma de pavimentar o caminho para uma reunificação controlada, foi o reflexo da percepção de Taiwan da possibilidade concreta de se estabelecer um regime na China de “um país, dois sistemas” com a Ilha reincorporada, a exemplo do que aconteceu com Hong Kong e Macau (SUI, 2010). Em termos econômicos, oferece muito mais benefícios para Taiwan do que para a parte continental, sendo que os ganhos maiores desta seriam políticos. Por exemplo, no momento da assinatura do Acordo, estabelecia-se que 250 tipos de produtos poderiam entrar em Taiwan a partir do continente livres de tarifas, enquanto que seriam 500 os tipos de produtos que poderiam ser vendidos por Taiwan ao continente isentos das taxas.

Os processos de negociação do ECFA começaram algum tempo depois da posse do presidente Ma, em 2008, quando os diálogos de alto nível são reiniciados após o esfriamento sob a administração do PDP. Terry Cooke (2009) mostra como a evolução das negociações do

---

<sup>2</sup> Economic Cooperation Framework Agreement

ECFA se deu, tendo como principais facilitadores três acontecimentos: a criação da Fundação do Mercado Comum Interestreito (FMCI) no ano 2000; a entrada da RPC e de Taiwan na Organização Mundial de Comércio (OMC) em dezembro de 2001; e a assinatura do Acordo de Estreitamento da Parceria Econômica (AEPE) entre a RPC, Hong-Kong e Macau em junho de 2003. Durante seus discursos eleitorais, quando propunha a institucionalização da cooperação econômica interestreito, Ma Yingjiu mencionava esses três fatos como os principais passos na jornada de complementaridade econômica que os lados estavam seguindo. Depois de Ma ser eleito e do diálogo de alto-nível entre Taiwan e a RPC ser retomado, um memorando sobre cooperação financeira foi adotado entre o ex-Vice-Presidente de Taiwan e então líder do GMD, Lien Chan, e o então Presidente da RPC, Hu Jintao, durante o fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), no Peru, em novembro de 2008. Em fevereiro de 2009, as negociações do acordo (que na época ainda era chamado de Acordo Compreensivo de Cooperação Econômica, CECA na sigla em inglês<sup>3</sup>) entraram na pauta do dia quando a imprensa local noticiou que o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Segurança e o Ministério de Assuntos Econômicos, ambos de Taiwan, afirmaram que o governo iria assinar o Acordo com a RPC (TAIWAN, 2009; TSAI, 2009). Associações de industriários rapidamente apoiaram a proposta, vendo no Acordo uma forma de mitigar os efeitos negativos da crise econômica do período, antes mesmo que a oposição conseguisse articular uma resposta contra o Acordo (COOKE, 2009). Após várias rodadas de negociações, o Acordo adquire sua forma final e é assinado em Chongqing, em junho de 2010.

O ECFA<sup>4</sup> é composto de cinco capítulos (Princípios Gerais, Comércio e Investimento, Cooperação Econômica, Resultados Antecipados, Outras Provisões), além de um preâmbulo e cinco anexos. Sob o regime do ECFA, a RPC deveria reduzir as tarifas de 539 produtos taiwaneses, e Taiwan reduziria as tarifas de 267 produtos continentais. O regime de Resultados Antecipados serve para rapidamente reduzir a zero as tarifas de uma lista de produtos arrolados nos anexos. Além disso, o Acordo versa sobre resolução de disputas e arranjos institucionais para facilitar a sua implementação. Questões de cooperação econômica também são abordadas, mas em um nível mais superficial, sem entrar em detalhes técnicos mais específicos.

Os interesses políticos da RPC na assinatura do ECFA podem ser vistos ao se compararem as obrigações de cada lado discriminadas no Acordo. Além de ter de reduzir as

---

<sup>3</sup> Comprehensive Economic Cooperation Agreement

<sup>4</sup> Uma versão traduzida do Acordo, em inglês, pode ser encontrada em <[http://www.moea.gov.tw/Mns/populace/news/wHandNews\\_File.ashx?news\\_id=19723&serial\\_no=6](http://www.moea.gov.tw/Mns/populace/news/wHandNews_File.ashx?news_id=19723&serial_no=6)>.

tarifas de mais de o dobro de produtos do que Taiwan, a RPC deixaria de arrecadar US\$ 13,84 bilhões, enquanto que, para a Ilha, esse valor chegaria apenas à US\$ 2,64 bilhões. Do lado dos ganhos, no momento da assinatura do Acordo as agências de relações interestreito estimaram conjuntamente que a liberalização do comércio geraria um aumento no fluxo de bens de US\$ 80 bilhões da Ilha para o Continente e de US\$ 30 bilhões no sentido oposto. Atenção especial também é dada aos produtos agrícolas de Taiwan, a fim de ganhar a simpatia do setor rural da Ilha (CHEN, 2001).

O contexto regional no momento da assinatura também deve ser avaliado. Em primeiro de janeiro de 2010, a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, na sigla em inglês<sup>5</sup>) entram em uma zona de livre comércio conhecida como “ASEAN+1”, que eliminaria as tarifas de importação dos países da ASEAN para a China de mais de 90% dos produtos comercializados. Também estava em discussão a criação do “ASEAN+3”, incorporando também Japão e Coreia do Sul nessa zona de livre comércio. Como coloca Chou (2010):

Os arranjos da ASEAN+1 e da ASEAN+3 impedem as empresas de Taiwan de competir efetivamente no mercado asiático, causando sua eventual marginalização da região. Em 2010, enquanto a maioria dos bens da ASEAN terão acesso livre de tarifas para o mercado chinês, a maioria das importações Taiwan para a China ainda estarão sujeitas a uma tarifa de 6 a 14%. Consequentemente, as empresas de Taiwan serão forçadas a deixar a China e investir em outro lugar para evitar esta desvantagem. Se for permitido que isso se torne uma “bola de neve”, esse problema esvaziaria as indústrias taiwanesas e danificaria gravemente a competitividade da Taiwan. Com a diminuição da sua capacidade, Taiwan deixará de desempenhar um papel importante na economia asiática, e aparecerá como um “excluído na dança da China com parceiros comerciais regionais”. Para piorar a questão, a Coreia do Sul, um dos países “+3”, também tem uma economia voltada à exportação e se tornou o maior concorrente de Taiwan nos últimos anos. Assim, se Taiwan não puder efetivamente reduzir os seus custos, o seu papel na economia da Ásia pode ser lentamente substituído por uma ambiciosa Coreia do Sul, que goza de livre acesso à China e aos países-membro da ASEAN. Por outro lado, se Taiwan negociar com sucesso o ECFA e, portanto, “nivelar o jogo”, estudos mostram que os investimentos estrangeiros em Taiwan podem aumentar de 29 a 42%. Caso Taiwan também consiga negociar acordos de livre comércio com a ASEAN, os investimentos estrangeiros e nacionais devem aumentar adicionais 23 a 37%.<sup>6</sup> (CHOU, 2010, p. 9, tradução nossa).

<sup>5</sup> Association of Southeast Asian Nations.

<sup>6</sup> Do original: “The ASEAN+1 and ASEAN+3 arrangements prevent Taiwan’s businesses from competing effectively in the Asian market, causing its eventual marginalization in the region. In 2010, while most ASEAN goods gain tariff-free access to the Chinese market, most Taiwanese imports into China will still be subject to a 6–14% tariff. Consequently, Taiwanese businesses will be forced to leave China and invest elsewhere to avoid this disadvantage. If allowed to snowball, this problem would hollow out Taiwanese industries and severely damage Taiwan’s competitiveness. With decreased capacity, Taiwan will no longer play an important role in the Asian economy, and will appear as “the wallflower in China’s dance with regional trade partners.” Making matters worse, South Korea, one of the “Plus Three” countries, also has an export-heavy economy and has become Taiwan’s biggest competitor in recent years. Thus, if Taiwan cannot effectively reduce its costs, its role in the Asian economy may be slowly replaced by an ambitious South

Taiwan via então a possibilidade de se inserir na onda de regionalismo que o Leste Asiático experienciava na época. No entanto, existe a aparente preocupação de Beijing nas implicações políticas na questão da soberania e autonomia de Taiwan que esses acordos podem trazer, se forem tomados como acordos entre partes igualitárias, ou seja, Estados. Esse é um argumento que tenta mostrar que assinar tais acordos iria de encontro aos próprios interesses dos residentes da Ilha, visto que Taiwan não se considera, formalmente, um Estado independente. Se analisado o posicionamento recente da RPC frente aos recentes acordos de livre-comércio assinados por Taiwan com Nova Zelândia e com Cingapura, nota-se que, uma vez que os acordos não deem margem a interpretações que indiquem autonomia política taiwanesa, a oposição continental retórica não se traduz em atos.

Mesmo que a RPC tenha uma economia maior, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), do que Taiwan, a diferença nos custos e ganhos advindos da assinatura do ECFA mostra o caráter político que o Acordo tem para aquele país. Beijing criou, com o ECFA, uma base para toda a cooperação econômica futura. A fim de mostrar comparativamente o resultado prático do ECFA, os dados da tabela abaixo mostram o volume de comércio entre a RPC e Taiwan ao longo dos últimos anos:

**Tabela 1 – Comércio de Taiwan com a RPC, Kong Kong e Macau, em dólares (US\$), anos 2005 a 2014**

<b>Comércio Total</b>						
<b>Ano</b>	<b>RPC</b>	<b>Hong Kong</b>	<b>Macau</b>	<b>Total</b>	<b>Δ%</b>	
2005	63.736.408.872	36.144.704.123	356.663.616	100.237.776.611	---	
2006	76.590.504.462	39.261.330.306	288.103.005	116.139.937.773	15,86	
2007	90.430.526.782	39.804.147.492	407.639.185	130.642.313.459	12,49	
2008	98.273.497.890	34.182.273.479	434.279.346	132.890.050.715	1,72	
2009	78.670.764.058	30.567.422.281	318.993.240	109.557.179.579	-17,56	
2010	112.879.654.027	39.434.391.383	318.852.548	152.632.897.958	39,32	
2011	127.555.177.571	41.759.590.052	232.189.636	169.546.957.259	11,08	
2012	121.621.186.471	40.590.735.466	176.861.120	162.388.783.057	-4,22	
2013	124.376.057.324	41.091.959.878	145.336.621	165.613.353.823	1,99	
2014	130.158.219.397	44.217.405.195	152.381.254	174.528.005.846	5,38	
<b>Exportações</b>						
<b>Ano</b>	<b>RPC</b>	<b>Hong Kong</b>	<b>Macau</b>	<b>Total</b>	<b>Δ%</b>	
2005	43.643.322.853	34.035.098.797	323.968.452	78.002.390.102	---	
2006	51.808.178.766	37.380.810.850	262.499.483	89.451.489.099	14,68	
2007	62.416.411.093	37.979.347.096	379.956.459	100.775.714.648	12,66	
2008	66.883.031.816	32.689.560.279	404.650.276	99.977.242.371	-0,79	

Korea, which enjoys open access to China and ASEAN member countries. On the other hand, if Taiwan does successfully negotiate the ECFA and therefore levels the playing field, studies show that foreign investments in Taiwan can increase from 29–42%. Should Taiwan also manage to negotiate free trade arrangements with ASEAN, its foreign and domestic investments are projected to increase another 23–37%.” O autor não teve acesso aos estudos mencionados na citação, mas faziam referência ao Ministério de Assuntos Econômicos de Taiwan.



	2009	54.248.101.236	29.444.915.862	303.559.786	83.996.576.884	-15,98
	2010	76.934.575.511	37.806.811.135	299.603.255	115.040.989.901	36,96
	2011	83.959.399.961	40.084.167.268	212.926.762	124.256.493.991	8,01
	2012	80.713.756.748	37.931.938.728	163.985.325	118.809.680.801	-4,38
	2013	81.787.644.881	39.433.129.161	134.799.520	121.355.573.562	2,14
	2014	82.119.323.365	42.532.491.141	143.756.839	124.795.571.345	2,83
<b>Importações</b>						
	<b>Ano</b>	<b>RPC</b>	<b>Hong Kong</b>	<b>Macau</b>	<b>Total</b>	<b>Δ%</b>
	2005	20.093.086.019	2.109.605.326	32.695.164	22.235.386.509	---
	2006	24.782.325.696	1.880.519.456	25.603.522	26.688.448.674	20,03
	2007	28.014.115.689	1.824.800.396	27.682.726	29.866.598.811	11,91
	2008	31.390.466.074	1.492.713.200	29.629.070	32.912.808.344	10,20
	2009	24.422.662.822	1.122.506.419	15.433.454	25.560.602.695	-22,34
	2010	35.945.078.516	1.627.580.248	19.249.293	37.591.908.057	47,07
	2011	43.595.777.610	1.675.422.784	19.262.874	45.290.463.268	20,48
	2012	40.907.429.723	2.658.796.738	12.875.795	43.579.102.256	-3,78
	2013	42.588.412.443	1.658.830.717	10.537.101	44.257.780.261	1,56
	2014	48.038.896.032	1.684.914.054	8.624.415	49.732.434.501	12,37
<b>Saldo</b>						
	<b>Ano</b>	<b>RPC</b>	<b>Hong Kong</b>	<b>Macau</b>	<b>Total</b>	<b>Δ%</b>
	2005	23.550.236.834	31.925.493.471	291.273.288	55.767.003.593	---
	2006	27.025.853.070	35.500.291.394	236.895.961	62.763.040.425	12,55
	2007	34.402.295.404	36.154.546.700	352.273.733	70.909.115.837	12,98
	2008	35.492.565.742	31.196.847.079	375.021.206	67.064.434.027	-5,42
	2009	29.825.438.414	28.322.409.443	288.126.332	58.435.974.189	-12,87
	2010	40.989.496.995	36.179.230.887	280.353.962	77.449.081.844	32,54
	2011	40.363.622.351	38.408.744.484	193.663.888	78.966.030.723	1,96
	2012	39.806.327.025	35.273.141.990	151.109.530	75.230.578.545	-4,73
	2013	39.199.232.438	37.774.298.444	124.262.419	77.097.793.301	2,48
	2014	34.080.427.333	40.847.577.087	135.132.424	75.063.136.844	-2,64

Fonte: Bureau of Foreign Trade – Trade Statistics (2016).

Pode-se notar dos dados acima que, no período selecionado, o ano em que houve maior aumento em relação ao ano anterior, para todas as séries, foi 2010. Deve-se considerar o fato de que 2009 foi um ano de crise, com diminuição dos números em todas as séries para aquele ano. Entretanto, o fato de que não foi em 2009, mas em 2010 que houve recessão na Ilha, com o PIB de Taiwan diminuindo 5,89% (TRADING ECONOMICS, 2013), aponta para a constatação de que o aumento do comércio desse ano esteve mais relacionado ao novo regime proporcionado pelo ECFA do que pelo reaquecimento da atividade econômica na Ilha, que não aconteceu naquele ano.

Realizar uma análise comparada no tempo do investimento mútuo entre China e Taiwan é difícil, pois, até 2009, Taiwan proibia investimento direto do continente em sua economia, o que era realizado indiretamente (ONG; SUNG, 2009). Estatísticas oficiais da Comissão de Investimento, do Ministério de Assuntos Econômicos de Taiwan, mostram os números para investimento entre julho de 2009 e 2012:

**Tabela 2 - Investimentos Diretos entre a RPC e Taiwan, em milhões de dólares, julho de 2009 a 2015**

Origem/Destino	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>RPC/Taiwan</b>	37,5	94,4	51,6	331,6	349,5	334,6	244,07
<b>Taiwan/RPC</b>	6.058,4	12.230,1	13.100,9	10.924,4	8.684,9	9.829,8	10.398,2

Fonte: Investment Commission, MOEA (2016).

Os investimentos taiwaneses no continente sempre são maiores do que o fluxo inverso, e antes mesmo da permissão para investimento direto na RPC o governo taiwanês tentava mensurar o que seria o investimento indireto. O objetivo do investimento direto taiwanês no continente está relacionado com a minimização dos custos de produção buscando-se uma mão-de-obra mais barata (SUN; CHEN, 2013). Como a tabela acima mostra, o fluxo está se invertendo, e isto está relacionado ao aumento dos custos trabalhistas na China.

Outro ponto de convergência são as rotas aéreas que se abrem gradualmente entre a Ilha e o continente: em 2011 já são 558 voos de passageiros e 56 de carga que fazem ligação direta entre 41 cidades do continente e nove da Ilha toda semana (KASTNER, 2012b). O marco que potencializa o aprofundamento das trocas depois das eleições de 2008 foi a criação das “três ligações diretas”, que estabeleceram três vias aéreas sobre o Estreito, para a passagem de correio, passageiros e mercadorias (CHEN, 2001). Carregamentos aéreos não precisariam passar mais, então, por Hong Kong nas trocas entre a Ilha e o continente.

Em agosto de 2012, como forma de continuar a cooperação econômica e diminuir os riscos associados à atividade econômica, a RPC e Taiwan assinaram um pacto de proteção de investimentos interestreito, que versa sobre resolução de disputas e tratamento de suspeitos taiwaneses indiciados por crimes no continente, e vice-versa (ACADEMICS, 2012).

Até o início de 2013 não havia acordo sobre compensação direta das moedas chinesas continental (Yuan, CN¥; ou Renmibi, RMB) e insular (Novo Dólar Taiwanês, NT\$). Em janeiro, foi estabelecido um sistema de troca direta, tornando Taiwan o terceiro local que mantém um sistema de compensação acordado com o governo da RPC. A partir de então, os bancos centrais das partes puderam acertar entre si pagamentos nas moedas locais, sem ter de converter os valores primeiramente em dólares americanos. Bancos e exportadores taiwaneses afirmaram que o acordo seria benéfico e aumentaria a facilidade de comércio interestreito. Projeções Banco ANZ apontam para um aumento de quase cinco vezes o volume anual de depósitos em bancos taiwaneses vindos do continente (POON; LUK, 2013).

Anteriormente, quando não havia tal acordo de compensação, os investimentos dos empresários taiwaneses no continente tinham de ser primeiramente convertidos em dólares

americanos em Hong Kong, para depois poderem entrar no mercado chinês. Isso tomava tempo e dinheiro de negociações que poderiam ser muito mais eficientes para ambas as partes. A perspectiva de o Yuan virar uma moeda global, como o quer as autoridades chinesas (NEWS, 2012), pode ser benéfico para Taiwan inclusive, que poderia virar um mercado para a moeda chinesa (KASTNER, 2012c).

A ausência de tal acordo podia ser explicada pelos dois lados, da RPC e de Taiwan, em querer delongar o processo. Enquanto que do lado taiwanês seria de se esperar que a aproximação ocorresse de forma gradual e controlada, para o governo continental o que estava em jogo é o fato de que 30%, estima-se, do fluxo monetário anual de Hong Kong deve-se aos investimentos taiwaneses (KASTNER, 2012a). Privá-la repentinamente dos recursos advindos desse fluxo poderia causar instabilidade. O acordo para conversão levou anos, pois discussões preliminares já haviam sido feitas à época da assinatura do ECFA. Esse tempo foi necessário para preparar Hong Kong para um desvio de recursos. Hong Kong ainda é o mercado que mais possui linhas de investimento denominados em yuan, o que os bancos taiwaneses ainda não desenvolveram completamente. É de se esperar que existam esforços paulatinos na direção de se estabelecer estabilidade monetária entre as três partes, que acomode uma reestruturação das finanças de Hong Kong, tendo em vista que ambos os governos sairiam beneficiados dessa situação.

Em outubro de 2013 aconteceu o primeiro Fórum Interestreito pela Paz, em Xangai, com o tema “Paz Interestreito, Desenvolvimento Comum”. Foi organizado pela Sociedade Nacional de Estudos Taiwaneses, do continente, e pela Fundação Taiwanesa do Século XXI, da Ilha, juntamente com 12 outros *think-tanks* e instituições acadêmicas de ambos os lados do Estreito (MILITARY, 2013). Apesar de não ser organizado pelos governos das partes, ele recebeu apoio verbal do PCCh e do GMD (FIRST, 2013). Os principais pontos discutidos durante o encontro foram as trocas militares e questões de relações exteriores. Primeiramente, os presentes concordaram que as trocas militares devem servir para promover a estabilidade no Estreito e diminuir as preocupações securitárias. Tais trocas poderiam começar por pontos onde há mais convergência, como exercícios de resposta a desastres naturais, por exemplo. Outro ponto que tangencia o aspecto securitário abordado no Fórum é a questão da soberania marítima. O curso de ação apontado pelos especialistas presentes diz respeito à cooperação com fim de conservar os recursos marinhos, proteção à pesca, pescadores e ecossistema marinho, assegurar a segurança do transporte náutico, bem como garantia da aplicação das leis e manutenção da segurança. Na questão das relações exteriores, a principal preocupação

foi direcionada aos casos em que organizações não-governamentais e indivíduos de diferentes lados estreito planejam participar em eventos internacionais ao mesmo tempo. Sugeriu-se a criação gradual de mecanismos de coordenação e comunicação para evitar ruzgas interestreito e dirimir as tensões resultantes de tais controvérsias. Além disso, aconselhou-se que ambos os lados continuem buscando cooperação econômica e que explorem formas graduais de consenso na situação política em que se encontram. Houve também pontos de discordância entre os lados do Estreito, como por exemplo formas de arranjo para as relações políticas no contexto de confrontação continuada; a relação entre a Política de China Única e as regras existentes em ambos os lados; o significado político do fim das hostilidades interestreito; e como estabelecer um mecanismo que aumente a confiança nas questões securitárias interestreito.

O quadro de cooperação que se montava nesse processo teve um dos seus principais revezes na eclosão do que ficou conhecido como o Movimento do Girassol, uma série de protestos repentinos, ocorridos em 2014. Na ocasião, descontentamentos com a situação econômica, juntamente com a percepção da inabilidade do GMD em lidar com ela, foram divulgados internacionalmente como uma reação à política de aproximação interestreito. Entretanto, o apoio popular às demandas independentistas não foi grande, e os protestos passaram a ser contra o GMD em si (BROWN; SCOTT, 2014). Ainda assim, o partido não soube lidar bem com esse tipo de manifestação, o que cobrou seu preço nas eleições locais e gerais seguintes, com pesadas perdas: a presidência, a maioria legislativa e diversas prefeituras. Nesse sentido, faltariam ainda salvaguardas que protegessem a complementaridade econômica em condições adversas, para que o processo de integração econômica que tem trazido à tona a questão da reunificação possa continuar mesmo em cenários imprevisíveis.

### 3.3 2016 E A VOLTA DO PDP

Em janeiro de 2016, os taiwaneses votaram nas eleições gerais, em que foi escolhida a presidência e a composição do Yuan Legislativo da Ilha. Após dois mandatos consecutivos à frente do executivo e com maioria legislativa, o GMD passa atualmente por uma crise de representatividade. No meio da disputa eleitoral, o partido trocou sua controversa candidata à presidência Hung Shiu-chu pelo atual prefeito de Nova Taipei, Eric Chu, o que não resultou em melhoria significativa nas pesquisas de intenção de voto. A vencedora foi Tsai Ing-Wen,

do Partido Democrático Progressista (PDP), à frente de Chu e de James Soong, do PPP. Tendo em vista a plataforma pró-independência do PDP, tal inflexão política pode significar a volta das tensões interestreito, com o acirramento das disputas entre Pequim e Taipei acerca do status da Ilha. Neste cenário, a atualização da Estratégia Militar chinesa, a nova legislação de defesa japonesa e as novas doutrinas bélicas estadunidenses baseadas na preempção podem ocasionar a escalada das tensões.

O conservador GMD se afastou, paulatinamente, das demandas de uma sociedade cada vez mais pós-moderna e na qual a maioria da juventude não se identifica mais como parte de uma civilização chinesa. Além disso, a capacidade do PDP de conseguir apoio local é maior, mas não por muito. Isso explicaria a escolha do GMD de colocar o prefeito de Nova Taipei na cabeça da chapa, depois de eleições locais em que o carisma dos candidatos pesou mais do que a tradição partidária. Assim, a crise do GMD não pode ser relacionada somente com a desconfiança popular em relação à China continental. As Manifestações do Girassol atacavam mais o modo pelo qual a administração do GMD estava lidando com a negociação do Acordo de Comércio de Serviços Interestreito do que a cooperação econômica em si (BROWN; SCOTT, 2014). A democracia taiwanesa, consolidada em 1996, é vista como uma conquista que o GMD estava ignorando para passar, a todo custo e sem transparência, o Acordo com Pequim. Ainda na questão interna, observa-se também que, durante a campanha, a candidata Tsai tentava arrefecer as posições mais extremas de seu partido, mudando seu foco da independência para o status-quo. Isso ocorreu, provavelmente, para evitar o que aconteceu na eleição do Lee Teng-hui de 1996, em que o candidato, mesmo sendo do GMD, passa a defender a ideia de um referendo para a independência, o que gerou a Terceira Crise do Estreito.

No plano regional, ressalta-se que Pequim lançou esse ano sua nova Estratégia Militar, dando ênfase na Defesa Ativa como forma de tomar a iniciativa estratégica frente a ameaças à soberania e integridade territorial chinesa. O documento também menciona a questão de Taiwan, acerca da evolução positiva das relações interestreito nos últimos anos, mas afirmando que a “causa-raiz” da instabilidade não foi removida, e que ainda há ameaça das forças separatistas ao desenvolvimento pacífico das relações entre os dois lados (CHINA, 2015). Isso é, provavelmente, uma resposta a ascensão do apoio popular ao PDP, nas eleições locais do final de 2014, além do Movimento Girassol do início daquele ano, que de fato suspendeu a assinatura do Acordo de Comércio de Serviços Interestreito. Ao mesmo tempo, a China busca acelerar a integração econômica interestreito por vias não políticas. Isso indica

que o governo continental vê a possibilidade da saída do GMD e tenta preparar o terreno para uma inflexão nas relações entre os governos. Enquanto isso, a nova legislação securitária no Japão pode permitir “Autodefesa coletiva”, eufemismo para intervenção externa conjunta com aliados, condição negada ao Japão ao fim da II Guerra Mundial que só foi alcançada agora (UMEZU, 2015). A Batalha AeroNaval estadunidense, conceito operacional com ênfase na preempção, torna-se cada vez mais parte integrante da estratégia de contenção da China e traz mais elementos de instabilidade para o Leste Asiático.

A vitória do PDP agora pode transformar a política interestreito no rastilho de pólvora da guerra na região. A China tem como missão histórica reunificar seu território, e nunca descartou o uso da força caso Taiwan se declare independente, mantendo centenas de mísseis do outro lado do Estreito apontados para a Ilha. Após reiterados compromissos com a segurança taiwanesa, os Estados Unidos não poderiam simplesmente assistir a tomada da Ilha pelo Partido Comunista Chinês, pois perderiam muita credibilidade com seus demais aliados da Ásia. Por fim, a proximidade de Taiwan com as linhas de comunicação marítima do Japão faz com que este país também busque evitar que a China ocupe a Ilha. Uma análise recente da RAND Corporation defende que atualmente seria muito difícil e custoso para os Estados Unidos manterem superioridade aérea em uma guerra por Taiwan contra a China (RAND 2015). Isso significa que o confronto poderia se arrastar por muito tempo em uma guerra terrestre de atrito. Quem mais sofreria com isso seriam os próprios taiwaneses. A perspectiva de que Tsai percebe isso, e assim esteja defendendo posições menos drásticas do que a independência, pode ser o que garanta a estabilidade na região pelos próximos anos. No próximo capítulo se tratará sobre o cenário estratégico do leste asiático.

## 4 SITUAÇÃO POLÍTICA E MILITAR PÓS-GUERRA FRIA NA ÁSIA ORIENTAL

O objetivo desse capítulo é analisar os aspectos políticos e militares envolvendo China, Japão e Estados Unidos no que concerne a questão de Taiwan. Ou seja, enfoca-se a relação interestreito a partir de uma ótica regional, com o escopo temporal sendo o período posterior ao fim da Guerra Fria. A fim de aprofundar a compreensão da evolução estratégica no Leste Asiático pós-Guerra Fria, é apropriado descrever, sucintamente, as transformações políticas das últimas duas décadas e meia na região. É possível perceber uma clivagem qualitativa bastante pronunciada na política regional nesse período, cujo marco pode ser considerado o biênio 2011/2012, com o lançamento do “pivô estadunidense” para a Ásia, o desmantelamento do projeto da Comunidade do Leste Asiático, e a Crise das Diaoyu/Senkaku.

### 4.1 O CENÁRIO POLÍTICO E ESTRATÉGICO ÁSIA DO FIM DA BIPOLARIDADE AO REENGAJAMENTO ESTADUNIDENSE

Conforme procurou-se demonstrar anteriormente, após o fim da Guerra Fria, no Leste Asiático aprofundou-se o processo de convergência econômica e política. A formação da Ásia Oriental enquanto polo econômico apoiado na integração supranacional fazia parte também do novo estágio em que ingressava a globalização, e a região emergia como nova fronteira econômica mundial (VISENTINI, 2012). Na época, o desengajamento parcial dos Estados Unidos dá força à concertação regional pela via securitária. Diferentemente da visão liberal adotada pelos desenvolvidos após consolidadas suas economias, no modelo asiático:

[...] a noção de mercado capitalista encontra-se invariavelmente associada à de Estado forte, regulador, planejador e intervencionista, baseado em regimes personalistas, autoritários e fundados em partidos únicos. Segundo acadêmicos cingapurianos, o modelo asiático tem as seguintes características: a legitimidade dos dirigentes políticos funda-se na eficácia governamental, há um contrato social entre a população e o Estado, em que a lei e a ordem são oferecidas em troca do respeito à autoridade, desenvolve-se a autoconfiança nos trabalhadores, sem um excesso de benefícios proporcionados pelo estado, a imprensa deve ser livre mas responsável, e o individualismo excessivo do ocidente deve ser rejeitado em favor dos direitos da comunidade. (VISENTINI, 2012, p. 71).

Assim, a multilateralidade se aprofunda na região, para dar conta da interdependência econômica e securitária entre países que muitas vezes são competidores no âmbito global. Esse processo encontra dois percalços em seu caminho, que serão analisados nos parágrafos

seguintes: a quebra do Triângulo de Ferro japonês pelo presidente Junichiro Koizumi e a crise das Diaoyu/Senkaku.

#### 4.1.1 O fim do Triângulo de Ferro no Japão

O Triângulo de Ferro japonês se refere à organização substantiva do processo decisório do país dos anos 1960 à eleição de Koizumi: o equilíbrio entre as esferas dos burocratas, dos políticos (a Dieta) e dos conglomerados empresariais (*keiretsu*). Tal pacto entre as elites garantia a manutenção de um projeto nacional duradouro, mesmo que em detrimento de eventuais correções de rumo mais rápidas frente a conjunturas adversas (VISENTINI, 2012). O desmantelamento desse sistema ocorreu por duas vias paralelas: uma econômica, e outra político-securitária. A via econômica tem seu evento-marco na Crise Asiática de 1997, mas seu início é de difícil precisão, por se inserir na onda liberal capitaneada já há décadas pelos países ocidentais. Basicamente, as forças globalistas do capital internacional puseram fim ao comprometimento das grandes empresas japonesas com o projeto nacional do país. Já no início da década de 1990,

[...] o MITI (o super-Ministério japonês da Indústria e Comércio Internacional) não exercia mais influência direta sobre as empresas japonesas, e elas, por sua vez, ao tomarem decisões estratégicas não priorizavam a estrutura dos interesses econômicos de seu país. O rompimento da interação sistêmica entre o Estado desenvolvimentista e as redes multinacionais japonesas introduz uma nova dinâmica no Japão e no mundo em geral (CASTELLS, 1999 *apud* VISENTINI, 2012, p. 81).

A via político-securitária da erosão do Triângulo de Ferro inicia-se com o debate nacional em torno da participação japonesa na coalizão articulada para expulsar as tropas iraquianas do Kuwait, em 1991. A Constituição japonesa proibia o envio de tropas para o exterior, o que exigiria que o país realizasse sua reforma em tempo recorde. Mesmo sem mandar contingentes, o Japão participou com 13 bilhões de dólares (mais do que Estados Unidos e Europa juntos). A mudança estratégica em debate coloca na pauta do dia o confronto nacional entre Integracionistas (preocupados com as decorrências regionais da mudança de posicionamento doutrinário japonês) e Intervencionistas (partidários das relações preferenciais com os Estados Unidos) (VISENTINI, 2012, p. 193-194). O aprofundamento dessa fratura política causa a paralisia do processo decisório que só terminaria com a eleição de Koizumi em 2001 e o abandono completo do sistema do Triângulo de Ferro.



Koizumi tratou de por em marcha o projeto intervencionista, estabelecendo uma estreita relação com os neoconservadores estadunidenses, enviando tropas ao Iraque em 2003 e se comprometendo com a segurança da Coreia do Sul. Isso foi possível graças ao seu estilo populista e polêmico, em um momento que a economia japonesa se recuperava da crise e da recessão, o que lhe rendeu altos níveis de aceitação popular. Institucionalmente, Koizumi “estabeleceu o entendimento de que a ameaça missilística norte-coreana poderia ter uma resposta militar efetiva do Japão antes mesmo de concretizar-se” (VISENTINI, 2012, p. 196), e aplicou a lei que permitia maior autonomia ao seu gabinete, mesmo tendo que conceder maior liberdade aos burocratas da defesa. O resultado regional dessas iniciativas foi o aumento das tensões com os vizinhos e a aproximação com os Estados Unidos (VISENTINI, 2012). O que ficou para o processo político após a gestão de Koizumi foi o fortalecimento da esfera dos políticos no processo de tomada de decisão japonês, o que seria aproveitado na sequência pelo Partido Democrático Japonês (PDJ), oposição do Partido Liberal Democrático (PLD) e que congregou a maioria dos integracionistas no país.

#### **4.1.2 Aproximação econômica e política no Leste Asiático**

Os parágrafos anteriores serviram para demonstrar como erodiu o Triângulo de Ferro e, por consequência, o consenso em torno do projeto nacional japonês. O fato de o sepultamento desse sistema ter ocorrido na gestão liberal de Koizumi contribuiu para o aumento das tensões regionais, mas isso ainda estava inserido numa tendência mais geral de regionalização, não só no Leste Asiático, mas em diversas partes do globo. Para ilustrar essa tendência, é possível se utilizar da análise dos dados de comércio e investimento, da aproximação diplomática, e do advento de parcerias para integração regional. Ao analisar a evolução temporal dos dados, algumas questões dignas de nota surgem.

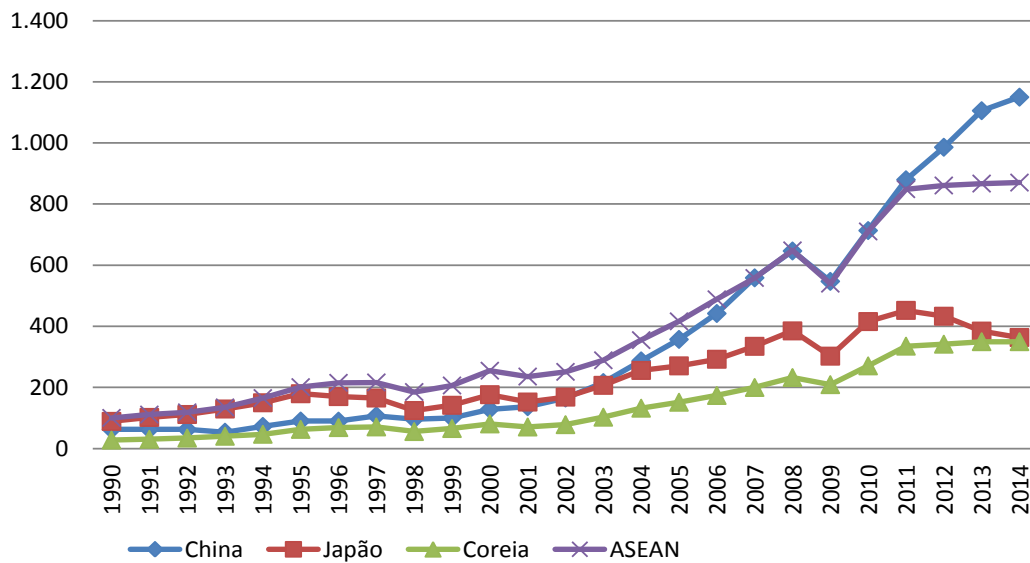
Iniciando pelo comércio intrarregional<sup>1</sup> da China, Japão, Coreia e países membros da ASEAN, é possível destacar cinco períodos de tendência, entremeados por quatro momentos de crise de 1990 até os dias de hoje (gráficos 4.1 e 4.2). Inicialmente, pode-se observar a evolução do comércio de 1990 a 1997, ano em que ocorre a Crise Asiática. Com ela, Japão, Coreia e os países da ASEAN reduzem tanto suas exportações quanto importações, mas os efeitos na China são reduzidos, o que inclusive ajuda as economias da região a se recuperarem nos anos seguintes, quando o aumento do comércio é retomado. Essa tendência segue até

---

<sup>1</sup> Destino (exportações) ou origem (importações) em países asiáticos.

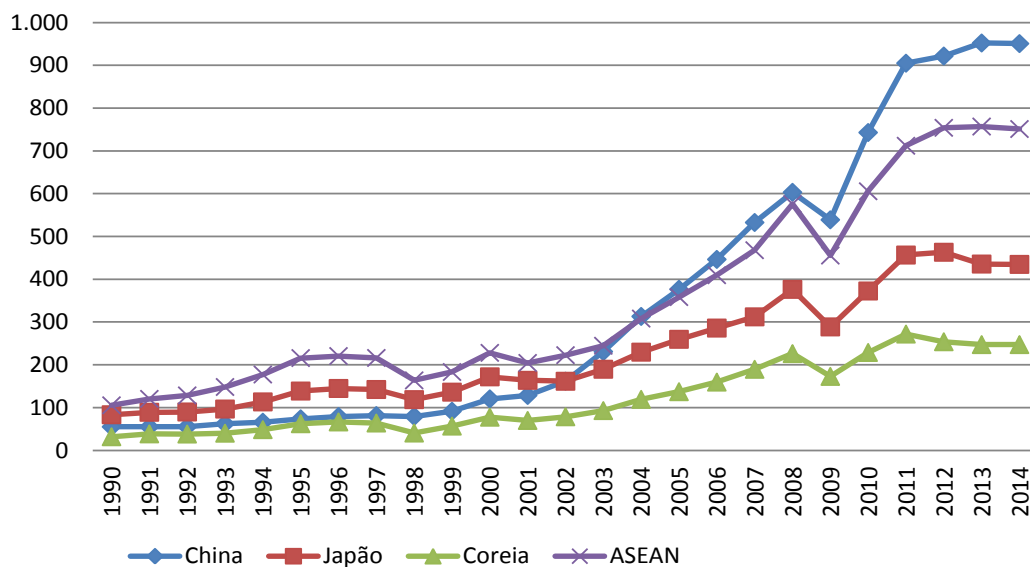
2001, quando a recessão dos países desenvolvidos fez-se sentir principalmente nas exportações japonesas e da ASEAN, com a China passando praticamente incólume do ponto de vista comercial. Depois disso, seguiu-se um vertiginoso aumento comercial entre os países, que seria interrompido apenas com a Crise Mundial de 2009. Em 2010 o crescimento é retomado. Entretanto, o comércio atinge um platô em 2012 para quase todos os indicadores.

**Gráfico 1 – Exportações intrarregionais (em bilhões de dólares)**



Fonte: UNESCAP (2015).

**Gráfico 2 – Importações intrarregionais (em bilhões de dólares)**



Fonte: UNESCAP (2015).

A tendência observada no período, após cada momento de crise, foi de rápido retorno do crescimento nos níveis de comércio. Também, o crescimento do comércio intrarregional, entre os anos 1998 e 2011, esteve acima do crescimento do comércio internacional total, em média 2% a mais para os países analisados (UNESCAP, 2015). Ambas as características se invertem a partir de 2012, quando passam a ficar relativamente constantes as exportações (exceto chinesas, que aumentam, e japonesas, que caem) e importações intrarregionais, e o comércio com o resto do mundo tem um crescimento maior do que o regional, da ordem de 0,7% (UNESCAP, 2015).

No período do fim da Guerra Fria a 2010, a evolução comercial foi acompanhada por iniciativas de concertação que buscavam suprir o vácuo estratégico deixado pelo desengajamento estratégico dos EUA (BEUKEL, 2008). Seguiu-se o advento de uma série de iniciativas visando a multilateralidade, como o Fórum Regional da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN<sup>2</sup>) (1994), a ASEAN+3 (1997), o início da Cooperação Trilateral (2008) e a Iniciativa de Chiang-Mai (2010). O Fórum Regional da ASEAN consiste em um fórum multilateral para a discussão da agenda securitária da região, englobando Ásia e Pacífico e, portanto, procura incluir dentre seus membros todos os países do ambiente securitário da região. Nesse sentido, além dos países-membros da ASEAN, ainda estão inclusos Austrália, Bangladesh, Canadá, China, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Rússia, Timor-Leste, Estados Unidos e Sri Lanka. É o principal fórum para a discussão securitária na região.

A ASEAN+3 inclui, além dos países-membros da ASEAN, China, Japão e Coreia do Sul. Objetiva coordenar a cooperação para o desenvolvimento entre seus países-membros, possibilitando a discussão acerca de temas como segurança energética e alimentar, além de discussões econômicas per se. Nesse sentido, um importante produto da ASEAN+3 é a Iniciativa de Chiang Mai, um acordo multilateral de Swap Cambial<sup>3</sup> entre os países do

---

<sup>2</sup> A Associação das Nações do Sudeste Asiático é uma associação político-econômica de países do Sudeste Asiático, criada em 1967. A Associação tem como objetivos o crescimento econômico, o progresso sociocultural e a estabilidade regional, além de procurar promover um ambiente para a resolução pacífica de controvérsias entre seus membros. São membros da ASEAN a Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Camboja, Laos, Mianmar e Vietnã.

<sup>3</sup> Swap Cambial – uma forma de derivativo na economia internacional. Os derivativos são contratos de compra e venda em que se estabelece um preço futuro fixo para uma mercadoria que normalmente teria preço variável. No caso do swap cambial, essa mercadoria é uma moeda. Em um acordo de swap cambial, estabelece-se um preço futuro fixo para a troca entre duas moedas. No caso da Iniciativa Chiang Mai, estabeleceram-se taxas de

ASEAN +3, grande responsável pela estabilidade econômica da região. O acordo conta com um fundo de US\$ 240 bilhões, além de estabelecer que as trocas entre os países-signatários seriam feitas através das moedas locais. O fundo garante aos países-signatários liquidez durante possíveis crises financeiras, e permite que se fortaleçam as moedas locais. Por fim, a Cúpula do Leste Asiático foi criada com o objetivo de estabelecer um fórum de diálogo acerca dos assuntos estratégicos, políticos e econômicos da região, fortalecendo as iniciativas de integração em direção a uma “Comunidade ASEAN”. A Cúpula do Leste Asiático é composta pelos membros do ASEAN Mais Três, além de Austrália, Índia e Nova Zelândia. Ainda é possível mencionar, nessa direção, a Sunshine Policy (1998) coreana, política implementada pelo então presidente Kim Dae Jung que teve repercussões positivas nas relações entre o sul e o norte da península. Buscava-se, através do aumento da interação e da assistência econômica, reduzir as tensões entre as partes. Encerrou-se em 2007 com a eleição de Lee Myung-bak.

O ápice do processo integracionista veio com a confluência, em 2009, dos governos de Hu Jintao na China e Yukio Hatoyama no Japão e os acordos resultantes das cúpulas trilaterais. Tais governos representaram, em seus respectivos países, grupos políticos pró-integração. Ainda em 2008 os governos chinês e japonês haviam reafirmado os ideais subjacentes ao Tratado de Paz e Amizade de 1978, em uma declaração conjunta. Entre eles figurava o consenso de que nenhum dos dois buscava a hegemonia na região, ou apoiaria a busca dela por quaisquer outros países.

#### 4.2 O ENFRAQUECIMENTO DA INTEGRAÇÃO E O NOVO QUADRO ESTRATÉGICO NA ÁSIA ORIENTAL

A tendência à aproximação foi interrompida em 2012, com o episódio envolvendo as Ilhas Diaoyu/Senkaku (nas grafias chinesa e japonesa, respectivamente), um arquipélago de pequenas ilhas inabitadas, situadas no Mar do Leste da China. A crise abalou o processo integracionista e, além disso, causou uma profunda mudança política tanto na China quanto no Japão. As Ilhas são reivindicadas tanto pela China como pelo Japão. A presença japonesa na região remonta à 1ª Guerra Sino Japonesa, que teve início em 1894, após um ataque surpresa da Marinha Imperial do Japão contra a frota chinesa. Na ocasião, os japoneses tomaram a Coreia, as Diaoyu, as ilhas Pescadores e Taiwan (Formosa para os portugueses).

---

câmbio fixadas para as moedas da região, de forma a facilitar as trocas entre os países sem a necessidade de conversão ao dólar.

Após a guerra, o Japão obrigou a China a assinar o tratado de Shimonoseki, o primeiro dos “tratados injustos” firmado entre a China e uma potência asiática – aos olhos dos chineses foi o ápice de sua decadência.

Assim, a disputa de limites marítimos reveste-se de um forte conteúdo simbólico para os dois países. Para a China trata-se de reparar os efeitos dos tratados injustos e reunificar o país, afirmando-se como a grande potência da Ásia. Da parte do Japão, de reiterar seu direito de conquista; daí a simbologia contida nas visitas dos ministros japoneses ao templo de Yasukuni – onde se encontram os japoneses tombados em todas as guerras e, dentre eles, ao menos doze julgados e condenados por crimes na II Guerra Mundial (II GM).

Desde 2010 as ilhas tornaram-se motivo de uma série de incidentes menores entre os dois países. Eles adquiriram estatuto graças às ações de Shintaro Ishihara, prefeito de Tóquio<sup>4</sup>. Ele moveu uma campanha nacional que mobilizou a opinião pública para a aquisição das ilhas. Para evitar uma crise, o governo central, à época nas mãos do Partido Democrático do Japão (PDJ), adquiriu as ilhas (REFERNECIA). Mas, diferentemente do pretendido, isto só serviu para acirrar os ânimos. Teve início uma série de protestos nacionalistas e antinipônicos na China, hostilizando indivíduos e empresas japonesas no país, forçando o encerramento de suas atividades em solo chinês. Esse fato levou a uma diminuição abrupta de 1,4% no fluxo comercial entre os dois países nos oito primeiros meses de 2012, revertendo o crescimento registrado no ano anterior e o investimento estrangeiro direto dos japoneses na China (FACKLER, 2012). Os valores de comércio eram estimados em US\$ 345 bi em setembro de 2012 (BBC, 2012). Além da redução do comércio, houve também danos indiretos, devido à interdependência de cadeias produtivas.

Da breve exposição acima pode-se concluir que, sem dúvida, os litígios territoriais marítimos no sudeste e leste asiático vão muito além do aspecto militar. Há toda uma problemática envolvendo a disputa da história, dos valores e seus impactos no sistema político interno dos países da região. Ademais, em uma região que já é a maior consumidora de energia do globo terrestre – o leste asiático ultrapassou os EUA em 2014 – há o fundamento econômico intrínseco: as reservas de hidrocarbonetos do mar no entorno das ilhas. Entretanto, no escopo proposto para esse trabalho, isto é, a interface entre os aspectos militares e políticos referente à região do Leste Asiático, não se julga essencial uma revisão detalhada das outras questões pertinentes à disputa em si. A literatura de Relações Internacionais costuma apontar que as vicissitudes enfrentadas entre China e Japão devem-se, principalmente, à disputa da

---

<sup>4</sup> O Japão é um Estado Unitário, lá o cargo de prefeito equivale ao de governador.

história; do petróleo; à competição econômica e às diferenças de sistema político interno. Logicamente, em assuntos complexos como as Relações Internacionais, raramente um fenômeno tem apenas uma explicação, e é salutar abordar diversos caminhos lógicos e argumentativos em uma análise. Enfim, por motivos de espaço, indica-se que tais questões podem ser tratadas com mais aprofundamento em um estudo posterior.

Uma das decorrências mais significativas dessa série de eventos seria a alteração da correlação de forças no sistema político dos dois países, levando à ascensão de governos com política externa mais assertiva no âmbito regional em comparação com seus antecessores. No Japão, Shinzo Abe se elegeu em dezembro de 2012 com um discurso nacionalista e mais alinhado aos Estados Unidos; na China, em novembro do mesmo ano, ocorreu o XVIII Congresso do PCCh, em que pavimentou-se não só a transição de poder entre Hu Jintao e Xi Jinping, como, mais importante, a reformulação do Politburo com uma composição mais favorável ao “grupo de Xangai”<sup>5</sup>. A pauta da integração regional se arrefeceu, sendo substituída por abordagens de viés competitivo, como a Parceria Tran-Pacífica. Retomando os dados de comércio demonstrados acima, é possível perceber como isso afetou o quadro de interdependência econômica entre os países da região. Também, as iniciativas de concertação institucional pela integração foram enfraquecidas.

Os avanços institucionais que apontavam para um consenso em torno de um regime de segurança, propiciado pela moldura das cúpulas trilaterais, foram substituídos por um ambiente de competição estratégica entre China e Japão, em torno do qual orbitam os demais atores da região e, em alguma medida, os próprios Estados Unidos. O reengajamento estadunidense na região também passou a incluir a costa do Oceano Índico como parte da Ásia-Pacífico, e assim as relações com os países do sul e do oeste da região foram intensificadas. Isso se deve à importância das linhas marítimas de comunicação (SEALOCs) que cruzam a região e interligam o Índico com o Pacífico e à ascensão da Índia como uma potência regional com capacidades militares significativas (MANYIN et al, 2012). Dessa maneira, cada vez mais os eventos de ordem securitária na Ásia podem ser percebidos como parte de um “sistema de vasos comunicantes” integrado, de modo que alterações no equilíbrio de poder de determinado país ou região implicam em alterações na balança de poder do resto da Ásia.

---

<sup>5</sup> O Partido Comunista Chinês é dividido em duas facções principais: a ala ligada à Juventude do Partido Comunista, que preza pela estabilidade social, via distribuição de renda e redução das disparidades regionais, e cujo principal expoente é Hu Jintao; e o “grupo de Xangai”, vinculado a Jiang Zemin e centrado no crescimento econômico acelerado, propondo reformas para aumentar a competitividade de empresas chinesas (MARTINS, 2011).

### 4.3 REORIENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA MILITAR: ESTADOS UNIDOS, CHINA E JAPÃO

A evolução do quadro político na região foi acompanhada de uma evolução mais lenta no campo militar. Paralelamente, ocorreram transformações na estratégia militar dos Estados Unidos, China e, mais recentemente, Japão. Com o fim da bipolaridade, a hipótese de emprego de forças dos Estados Unidos altera-se profundamente. Como demonstra Vizentini (2004), em um sistema com contornos unipolares nos campos diplomático e militar, e com tendências emergentes de multipolaridade econômica e tecnológica, os Estados Unidos preocupam-se em estabelecer equilíbrios regionais de poder que impeçam a ascensão de potências rivais. Observa-se hoje o resultado dessa abordagem, somada à continuidade do projeto do Escudo Antimíssil (TMD<sup>6</sup>) e à Guerra ao Terror, na:

Reafirmação da Rússia, [no] crescimento do poder da China (mesmo que qualitativamente inferior ao dos EUA), e [no] lançamento de um desafio global pelo mundo árabe-muçulmano (difuso e parcial), um polo considerado derrotado e fora do grande jogo mundial. (VIZENTINI, 2004).

A compreensão da reorientação estratégica militar no Leste Asiático inicia-se aqui pela análise da reformulação no perfil de forças estadunidenses após o fim da Guerra Fria. O emprego de forças em um mundo bipolar, pelos EUA, organizava-se de forma diferente da atual. Nas palavras de Krepinevich,

Durante a Guerra Fria, a postura de defesa dos Estados Unidos exigia que forças substanciais fossem alocadas no exterior, como parte de uma estratégia militar que enfatizava a dissuasão e a defesa avançada. [...] Os Estados Unidos tinham uma compreensão clara das principais ameaças à sua segurança, alta confiança quanto ao local em que os principais atos de agressão eram suscetíveis de ocorrer, e uma crença de que as bases avançadas eram razoavelmente seguras, mesmo em caso de ataque inimigo. Estas condições já não existem ou, quando o existem, estão sujeitas a tendências que parecem muito desfavoráveis para a sua sobrevivência a longo prazo.<sup>7</sup> (KREPINEVICH et al., 2003, p. i, tradução nossa).

<sup>6</sup> *Theater Missile Defense*, Defesa contra mísseis de teatro, de alcance médio. A versão estadunidense chama-se Terminal High Altitude Area Defense (THAAD), ou Defesa de Área em Alta Altitude e fase Terminal, em português.

<sup>7</sup> Do original: “During the Cold War, the United States defense posture called for substantial forces to be located overseas as part of a military strategy that emphasized deterrence and forward defense. [...] The United States had a clear understanding of the principal threats to its security, high confidence as to where major acts of aggression were likely to occur, and a belief that forward bases were reasonably secure, even in the event of enemy attack. These conditions either no longer exist or, where they do, are subject to trends that appear most unfavorable to their long-term survival.” (KREPINEVICH et al., 2003, p. i).

Os autores citados apontam para dois motivos que explicariam essa mudança. Primeiramente, o próprio fim da Guerra Fria retirou dos Estados Unidos seu grande adversário, que moldava grande parte de sua política externa. Consequência disso foi um realinhamento das suas prioridades estratégicas, ocasionando a volta para o país de grande parte dos contingentes instalados na periferia do antigo bloco socialista. Em outras palavras, diminuiu-se a presença física estadunidense no globo, em termos militares. Longe de significar um distanciamento desse país da política mundial por mero desinteresse, esse recolhimento das tropas foi apenas uma adequação a uma nova realidade, a da Era Expedicionária, em que a sociedade civil estadunidense não aceitaria tão facilmente a ideia da necessidade de permanência militar extensiva além-mar sem um inimigo externo tangível.

O segundo motivo é o próprio desenvolvimento das técnicas assimétricas de resposta à capacidade de projeção dos Estados Unidos. Um dos preceitos básicos da Era Expedicionária, como definido pelos autores, é justamente ter a capacidade de, em curto período de tempo<sup>8</sup>, projetar forças em qualquer ponto em crise no globo sem aparato militar estadunidense previamente instalado, como ocorria na época da bipolaridade nos países da OTAN, OTASE e CENTO, entre outros. Após a volta das tropas, o paradigma de projeção se baseava em tirar proveito de bases militares com menor proteção dos próprios países nos quais a hipotética intervenção ocorreria, capturando-a e utilizando-a em vantagem própria. Atualmente, para poder atuar nos pontos chave do globo, os Estados Unidos necessitariam enviar e manter forças marítimas nas áreas litorâneas em escala muito maior para influenciar tais operações em terra, tendo em vista a disseminação progressiva de tecnologia militar para os outros países. É nesse contexto que se encaixa a importância dos porta-aviões.

O ponto de partida da modernização naval chinesa foi o advento da doutrina de “Defesa dos mares próximos”. Desenvolvida pelo almirante da Marinha do Exército de Libertação Popular (ELP), Liu Huaqing, buscava criar um potencial dissuasório crível para lidar com as contingências relativas às questões de Taiwan, dos territórios marítimos em disputa e das Linhas Marítimas de Comunicação<sup>9</sup> (LMCs) (MACHADO; SIMIONATO, 2015). Foi o próprio Liu Huaqing que, a partir de sua experiência ao estudar na Academia Naval de Voroshilov, na URSS, propôs o estabelecimento das duas Cadeias de Ilhas em que

---

<sup>8</sup> Os autores colocam que 120 horas seria o limite máximo de uma capacidade de projeção factível.

<sup>9</sup> Rotas marítimas pelas quais circula o trânsito marítimo, principalmente o comércio. Sendo a economia chinesa intimamente dependente da capacidade de importar insumos e exportar seus produtos finalizados, a manutenção da segurança e liberdade de utilização das LMCs é essencial para o país.



se organizariam a defesa naval em camadas da China, de forma análoga aos dois perímetros defensivos da marinha soviética (200 e 1250 mn da costa) (DORNELLES JUNIOR, 2014).

O desenvolvimento de técnicas assimétricas Anti-Acesso e de Negação de Área (A2/AD, na sigla em inglês<sup>10</sup>), é uma das facetas da modernização militar chinesa, e é uma das quais importam para o escopo desse trabalho. Isso porque tais técnicas visam impossibilitar a plena realização da projeção de forças estadunidenses próximo à costa chinesa, uma das principais contingências frente à necessidade da reunificação nacional pela força. O conceito do A2/AD formalmente foi elaborado por analistas estadunidenses a partir de observações do programa de modernização militar chinês (O’ROURKE, 2013). O desenvolvimento das capacidades militares da China foi pautado por uma estratégia assimétrica, que busca compensar a fraqueza de um país frente a outro através de uma estratégia defensiva de desabilitação da rede informacional do inimigo enquanto se sustenta a sua própria. Nos documentos oficiais de doutrina da China, embora não haja nenhuma menção aos conceitos de anti-acesso e negação de área, existem conceitos que expressam a ideia central dessa estratégia. O equivalente mais próximo pode ser encontrado nas operações de “Contra-ataques Estratégicos Ativos em Linhas Exteriores” (ASCEL, na sigla em inglês), parte da estrutura estratégica mais ampla conceituada como “Defesa Estratégica Ativa”. O objetivo enfatizado é o de garantir a soberania e integridade territorial do país, adotando uma defesa estratégica de modo a operar em guerras locais em ambientes de alta tecnologia e informatização (CHINA, 2010).

O acrônimo A2/AD é baseado na combinação de dois conceitos: o conceito de anti-acesso se refere às ações e capacidades de longo alcance (+1,600 km) que buscam evitar que as forças do oponente entrem na área de operações. Já o conceito de negação de área é caracterizado pelas capacidades e ações de curto alcance que visam limitar a liberdade de ação do oponente no teatro de operações (DOD, 2012). Embora exista essa diferença entre os dois conceitos, eles são fases de uma mesma estratégia.

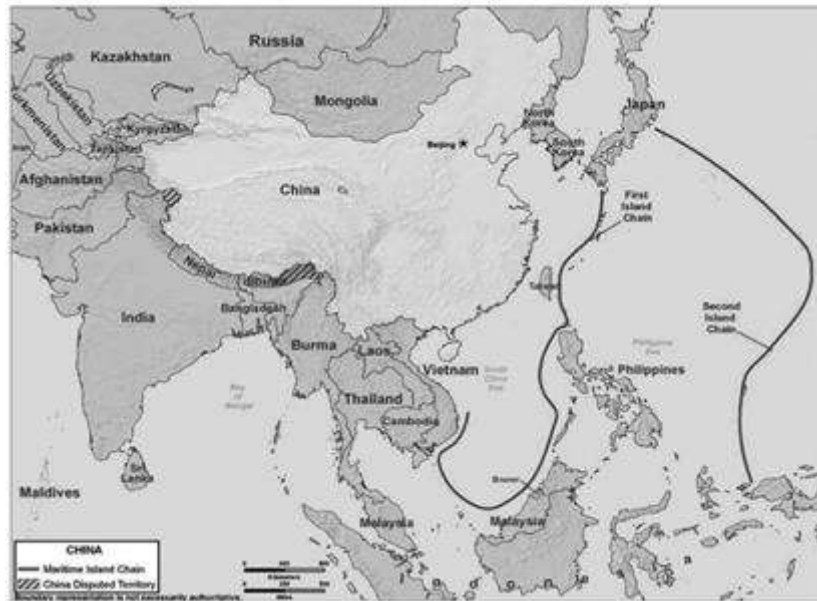
Do ponto de vista do equipamento em si, destacam-se os mísseis balísticos antinavio (ASBMs)<sup>11</sup>, mísseis cruzadores antinavio (ASCMs), submarinos de ataque de propulsão nuclear e convencional e vasos de superfície como destróieres, fragatas, corvetas e navios de patrulha fortemente armados (O’ROURKE, 2013). Utilizar tais sistemas de armas para

<sup>10</sup> *Anti-Access e Area Denial.*

<sup>11</sup> Destaca-se o DF-21D, míssil balístico de teatro equipado com um veículo de reentrada manobrável. Com um alcance de cerca de 1.500 km, uma alta precisão e extremamente difícil de interceptar, tal míssil teria como alvo grandes vasos de superfície, incluindo porta-aviões, em quase toda a área do teatro de operações do leste do Pacífico (O’ROURKE, 2013).

desabilitar ou dificultar o uso de sistemas muito mais custosos, como um porta-aviões estadunidense, permite fazer frente às capacidades de um oponente superior em um cenário de guerra local, como um confronto travado por Taiwan ou nos Mares do Leste ou do Sul da China.

**Figura 1 – Primeira e Segunda Cadeias de Ilhas (*First and Second Island Chains*)**



Fonte: Krepinevich (2010)

Procurou-se demonstrar anteriormente que as atitudes estratégicas chinesas tiveram, recorrentemente, caráter reativo, e o desenvolvimento do A2/AD não foi exceção. Ele foi concebido frente à contingência de ter de enfrentar os Estados Unidos para completar a reunificação da nação chinesa, como indicou a experiência da Terceira Crise do Estreito. Mesmo dotada de caráter defensivo, entretanto, a percepção acerca da modernização militar chinesa fez surgir nos Estados Unidos argumentos em apoio a uma revisão doutrinária e operacional em prol da capacidade de manutenção da capacidade de projeção de forças do país (KAZIANIS, 2014). Os defensores dessa reorientação apoiam-se na noção de que a proeminência americana está calcada no comando dos “Comuns Globais”, como defendido por Barry Posen (2003):

Os "comuns", no caso do mar e do espaço, são áreas que pertencem a nenhum Estado e que fornecem acesso a grande parte do globo. [...] Comando significa que os Estados Unidos obtêm muito mais uso militar do mar, espaço e ar do que os demais países; que [os EUA] podem ameaçar outros Estados, de forma crível, com a negação da sua utilização; e que estes perderiam uma competição militar pelos comuns se tentassem negá-los aos Estados Unidos. [...] Isso permite que os Estados Unidos explorem mais plenamente outras fontes de poder, incluindo o seu próprio

poderio econômico e militar, bem como o poder econômico e militar de seus aliados. O comando dos comuns também ajuda os Estados Unidos a enfraquecerem seus adversários, restringindo o seu acesso à assistência econômica, militar e política. O comando dos comuns tem permitido aos Estados Unidos fazerem guerra em curto prazo, mesmo onde se tenha pouca presença militar permanente. (POSEN, 2003, p. 8-9).

Buscando a manutenção da hegemonia estadunidense nessas bases, o debate conceitual contemporâneo no nível operacional busca formas de contrarrestar o desenvolvimento militar das potências emergentes e adversárias, principalmente da China. Uma das primeiras proposições que ganhou apoio amplo e foi incorporada ao planejamento estratégico estadunidense foi o conceito da Batalha AeroNaval, em 2010 (KAZIANIS, 2014). Esse conceito propõe uma resposta preemptiva ao A2/AD: um golpe em profundidade que desabilite o sistema de Comando e Controle (C2) operacional chinês, impedindo a realização da defesa litorânea. Materialmente, a Batalha AeroNaval emprega dispendiosas tecnologias de domínio-cruzado (Forças Navais e Aéreas), furtivas (*Stealth*) e hipersônicas, conjuntamente com armas termobáricas e de energia direta, como lasers e *High Power Microwaves* (MACHADO; SIMIONATO, 2015). Operacionalmente, a Batalha AeroNaval, em um confronto contra a China,

desbarataria os centros de C4ISR das forças armadas chinesas, podendo também impactar nas cadeias de comando do próprio Partido Comunista Chinês, rompendo o contrato social hoje existente que consegue organizar um país com mais de um bilhão de habitantes, podendo ter graves consequências para a estabilidade social e capacidade de sobrevivência de milhões de pessoas. Críticos do conceito apontam que o ASB poderia contribuir para o aumento da possibilidade de escalada nuclear, já que China poderia considerar atacar preemptivamente para preservar seus centros de C2. (MACHADO; SIMIONATO, 2015: 11)

Paralelamente, do ponto de vista político, a fim de lidar com a ascensão chinesa e assegurar sua posição na Ásia-Pacífico, os EUA sob Obama lançam o que foi denominado “Pivô Asiático”, anunciado inicialmente em 2011, com o discurso do presidente estadunidense na base de Darwin (MANYIN, 2012). Em seguida, a então Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, em artigo para a revista *Foreign Policy*, descreve a estratégia estadunidense para o Pacífico (CLINTON, 2011). Dentre as linhas de ação proposta para essa estratégia, figuravam o fortalecimento de alianças bilaterais de segurança e o estabelecimento de uma presença militar em bases ampliadas. O reengajamento estadunidense na Ásia reverteu a tendência observada após o fim da Guerra Fria e que foi aprofundada com o início da Guerra ao Terror. Isto é, os esforços em prol da integração,

principalmente no âmbito da Comunidade do Leste Asiático, passariam a ter de competir com as relações preferenciais com a superpotência estadunidense.

A reorientação militar do Japão foi mais recente. Do ponto de vista doutrinário, a administração Shinzo Abe no Japão, no poder desde dezembro de 2012, buscou perseguir iniciativas militares e de defesa mais assertivas. Abe é a manifestação mais recente daquilo que pode ser considerada uma corrente política interna do Japão que prioriza as relações com os Estados Unidos, em detrimento de uma política regional cooperativa com seus vizinhos (LANZARINI, 2015).

Conhecida como “Constituição Pacifista”, a Carta Magna japonesa proscreeve a existência de Forças Armadas como a dos demais Estados. Permite-se apenas a manutenção das chamadas Forças de Auto-Defesa, com capacidade de atuação mais limitada. A Constituição é produto da situação em que se encontrava o Japão no pós-II Guerra Mundial: ocupado pelos Estados Unidos após a rendição incondicional, e tendo seu sistema político reestruturado para impedir a ascensão de novo ímpeto militarista (LANZARINI, 2015). Com a ascensão chinesa e o recuo estratégico estadunidense pós-Guerra Fria, surge a oportunidade de se alterar essa condição. Isso porque há a necessidade de aumentar a responsabilidade japonesa na manutenção do equilíbrio asiático, da perspectiva norte-americana. Assim, a manutenção da relação especial com os EUA necessitaria do estabelecimento de capacidades militares que permitam ao Japão assumir maiores responsabilidades no Leste Asiático, dentro da lógica do rebalanceamento estadunidense para a Ásia.

A mais recente e abrangente reforma na legislação securitária do Japão ocorreu em setembro de 2015, quando uma lei proposta pelo executivo foi aprovada pela Dieta, o legislativo japonês. Passou a ser permitido ao Japão o direito de Auto-Defesa Coletiva, isto é, a condução de operações militares externas em conjunto com aliados, mesmo que o Japão não esteja sendo ameaçado de forma direta (JAPÃO, 2015). Bastaria apenas que um país que mantenha relações próximas com o Japão seja atacado para possibilitar o exercício desse novo direito. O governo Abe já demonstrou o interesse de continuar esse processo de reformulação securitária, propondo uma alteração à Constituição para retirar a cláusula que renuncia o uso da guerra como forma de resolver disputas internacionais (ABE..., 2016).

## 5 CONCLUSÃO

Fazendo-se uma retrospectiva do trabalho, poder-se-ia resenhar a Política Externa e de Segurança (PES) de Taiwan de acordo com as diversas e distintas situações que configuraram as diferentes correlações de forças no Sistema Internacional. Naturalmente, se antes não se procedeu dessa forma, isto se deve exatamente ao fato de que esse tipo de entendimento e clareza só se logra obter ao término dos trabalhos.

Em um primeiro momento, diretamente beneficiada pela conflagração entre EUA e China na Coreia, Taiwan desenvolveu uma política de confrontação antiga, procurando efetuar uma manobra de envolvimento estratégico, que ia desde a Península Coreana, o Estreito de Taiwan propriamente dito, e, passando pelo Mar do Leste da China, chegava ao Mar do Sul para tomar bases estratégicas (Taiping) que lhes permitiriam assediar Guanzhou, em Guandong. E, ainda mais a leste, mantinham uma divisão no Sudeste Asiático (Myanmar; Tailândia), além de participar da Guerra Subterrânea no Nepal, de onde eram conduzidas as operações no Tibet (FENBY, 2009). Por sua vez, a parte continental procurou responder essas ações com a manobra de aproximação direta: de início os bombardeios, e, em relação aos reconhecimentos efetuados pelos U2 sobre o continente, a guerra aérea de atrito. Desse modo, a situação suscitada pela Guerra da Coreia no início da década prolongou-se até o final. Ato contínuo, pelo início das hostilidades no Vietnã: ao que se sabe os EUA mantinham assessores no país desde 1959. O recrudescimento da guerra no Vietnã, com a participação maciça dos EUA a partir de 1964 de certo modo foi funcional para ambas as partes, posto que deslocou o eixo de confrontação para uma região que não era vital para nenhum dos dois contendores: o Mar do Sul da China.

Como se procurou demonstrar anteriormente, o ponto de inflexão da mudança da atitude de Taiwan em relação à China decorre da atitude estadunidense. A cooperação interestreito foi possibilitada pelo reatamento estadunidense, iniciado pelas negociações secretas na Polônia, que deram sequencia às viagens secretas de Kissinger, culminando no ingresso da RPC na ONU em 1971 e na visita de Richard Nixon em 1972. A mudança de correlação de forças na face externa permitiu que se desse a ascensão de Jiang Jinguo, filho mais velho de Jieshi, à condição de Primeiro-Ministro. Jinguo teve sua formação na União Soviética, já havia ocupado diversos cargos no govenro, e em meados da década de 50, empreendido a criação da malha ferroviária de Taiwan. Dois anos depois de se tornar Primeiro-Ministr ele lança o plano dos “Dez Grandes Projetos de Construção”, que pode ser

tomado como um equivalente taiwanês ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. As realizações deram outras dimensões à competição com a China continental, uma vez que, seja como primeiro ministro ou já como Presidente taiwanês (1978), ele empreendeu a edificação de Taiwan como a conhecemos hoje: uma sociedade urbana, industrial, um polo de serviços e tecnologia. Fica-se tentado a especular – mas isso será objeto de investigações e trabalhos futuros – até onde o relançamento da política das Quatro Grandes Modernizações de Deng Xiaoping do fim da década não é a resposta continental ao desafio lançado por Taiwan no âmbito da competição econômica e da modernização.

Em grande medida foi graças à aproximação sino-estadunidense e à modificação do perfil do GMD empreendida por Jingguo (do autoritarismo liberal ao nacionalista) que foi possível dar fim à guerra aérea de atrito, travada desde 1950 de modo espasmódico, porém ininterrupto, até 1970<sup>1</sup>. Inclusive, há uma forma passiva de cooperação militar. Pelo menos de acordo com Pike (2014), foi o que se observou em 1974, quando Taiwan deu passagem a quatro embarcações da Frota Norte da RPC que se dirigiam a zona de batalha, no entorno das Xisha, sugerindo a possibilidade (na época ainda remota) que esses países poderiam cooperar entre si no âmbito da restauração da civilização chinesa.

Como também se procurou demonstrar ao longo, esse segundo momento, que pode ter como marco a ascensão de Jingguo a primeiro ministro, foi facilitado pelo lançamento da doutrina Fukuda, então Primeiro-Ministro japonês, que como referido, tipificou o que Arrighi denomina de “transbordo do sistema de subcontratação japonês” ocorrido por volta dessa data (1973). Esse foi o início do que se constituiria o que Visentini denominou a ascensão do Dragão Chinês, secundada pela do Elefante Indiano.

As relações permanecem estáveis, facilitadas sobremaneira pelo reconhecimento por parte dos EUA de uma só China e, da parte japonesa, desse princípio acrescido de que Beijing era sua capital. Assim, Taiwan simultaneamente volta-se para o desenvolvimento para dentro (modernização e industrialização) e progressivamente vê-se compelida a melhorar seu relacionamento com a parte continental. Esse período encontrou seu término com o fim da Guerra Fria, quando a China continental perde a importância para os EUA, após o fim da Organização do Tratado de Varsóvia (1988), da queda do Muro de Berlim (1989) e do Incidente da Praça Tiannamen. Na embriaguez do colapso soviético, os EUA, acompanhados pelos europeus, em um primeiro momento investiram em uma política de sanções contra o

---

<sup>1</sup> Os chineses reivindicam 93 abates versus 51 de Taiwan (COOPER, 2008). Apenas para ter-se uma ideia da escalada, isso representou uma média de sete abates por ano, se somadas as duas partes.

regime chinês, que em grande medida foi esvaziada graças a recusa dos japoneses – aquela altura já ressentidos pelos efeitos dos acordos do Plaza – em tomar parte no embargo.

Ainda assim, a data (89) serve como marco de uma modificação interna do GMD que, influenciado mais uma vez pela perspectiva da mudança de atitude estadunidense – eventualmente seduzido pela ideia de um colapso catastrófico do regime no continente – pôs em marcha os eventos que deram lugar à Terceira Crise dos Estreitos, conforme demonstrado no capítulo 2. A ideia da independência de Taiwan, característica desse período, também foi inflamada pela extraordinária vitória dos EUA na guerra do golfo de 1991, quando a alta tecnologia estadunidense pôs em evidencia a obsolescência das armas chinesas usadas pelo Iraque. Importa salientar que a atitude desafiadora de Taiwan repercutiu também na visão dos EUA sobre a China – robustecida na década de 1990 pelo desmantelamento do arsenal nuclear russo, que literalmente apodrecia em seus silos. Podem ter contribuído para a aceleração considerável da modernização militar chinesa uma miríade de outros fatores: o ativismo do governo Clinton em prol dos direitos humanos; o fato do PDP neste período ter ganhado as eleições; o bombardeio estadunidense da embaixada chinesa na Iugoslava (1998).

Contudo, nesse ínterim, um importante acontecimento, de efeito sistêmico, teve lugar, com impactos devastadores na região: a crise asiática de 1997 e a crise russo-brasileira de 1998. De acordo com Parag Khana, essa foi a primeira vez que a China deu início a um efetivo processo de revitalização da região utilizando seus meios de pagamento como instrumento de Política Externa – ainda que de forma indireta. Naquela época, ainda carente de capitais na forma dinheiro, impossibilitada de financiar importações ou pagar pela infraestrutura de outros países, foi o próprio mercado interno chinês que impediu que a recessão na qual imergiu o Japão se estendesse por toda a região.

O período 1998-2001 foi um interregno marcado pela ambiguidade, uma vez que a eleição de Bush mantinha a China continental no topo da agenda. O anúncio do combate ao chamado “Eixo do Mal”, que incluía a Coreia do Norte, acenava para a perspectiva de uma nova guerra na Península, e a oportunidade de independência para Taiwan. O ponto alto da confrontação entre Bush e China deu-se ainda em 2001 pelo abalroamento de um avião estadunidense E-P3E Aries, (uma versão melhorada do Orion), por um J8 II chinês, produzindo a morte do piloto e pouso forçado da aeronave em Hainan, e o consequente aprisionamento da sua guarnição.

Mas não foi tanto a evidencia da violação do espaço aéreo e da espionagem eletrônica sobre a China que levam ao encerramento do período iniciado 10 anos antes, mas um

acontecimento inesperado: os atentados de 11 de setembro, que mais uma vez uniram China e EUA em uma causa comum, isto é, a luta contra o terrorismo. Em meados da década, quando a ameaça de atentados espetaculares contra os EUA pareceu arrefecer, veio a crise de 2008. E dessa vez, os chineses inauguraram sua condição de exportadores de capital na forma de dinheiro. Mais que contar apenas com os recursos da demanda, a China tornou-se efetivamente um dos polos bancários do mundo, financiando comércio, indústria e, sobretudo, investindo em infraestrutura. Como se procurou descrever ao longo do trabalho (capítulos 3 e 4), este processo deu início ao ASEAN + 3, a formação da Comunidade do Leste Asiático e ao isolamento sem precedente de Taiwan. Esse isolamento só foi superado pela aproximação da Ilha em direção ao continente, quando – quase de um modo literal – os negociantes de Taiwan voltaram a ter acesso a bens e ao mercado mundial e a agricultura experimentou um crescimento sem precedentes. Esse período dourado, cujo início pode ser situado em 2009, conforme descrito no capítulo 4, teve seu ponto máximo com a gestão da Fação da Juventude do Partido Comunista da China, de Hu Jintao, e o primeiro governo de Ma Yingjiou em Taiwan. Nesse breve período de 2010-2012, foram abertos mais de 80 portos marítimos e fluviais, liberado o tráfego interestreito de pessoas, restabelecidas as conexões de voo direto e juridicamente desmantelada a zona de guerra de Fuzhou, permitindo a circulação de belonaves por ar e mar.

O início do fim desse período deu-se ainda em 2011, com a abertura de uma base de fuzileiros navais em Darwin e o anúncio feito na ocasião pelo próprio Presidente dos EUA acerca do “pivô para a Ásia”. Entretanto, o contorno da política ainda não estava claro. Mesmo nos EUA era discutido se tratava-se de uma contenção (*containment*), nos termos da Guerra Fria – isto é, todas as guerras que não a confrontação propriamente dita – ou, como, procurava explicar o presidente estadunidense, apenas de uma contenção econômica: uma competição envolvendo investimentos e mercados no entorno da Rota da Seda, com benefício recíproco para as duas Grandes Potências e para toda a região.

Contudo, coincidência da Crise das Diaoyu/Senkaku em 2012, das manifestações antijaponesas na China, do desmantelamento da Comunidade do Leste Asiático, e da troca dos governos na China e no Japão – onde assumiram protagonistas mais assertivos ou de linha dura (Xi Jinping e Shinzo Abe) – o panorama na região modificou-se drasticamente. A “Comunidade do Pacífico” propugnada por Kissinger no livro “Sobre a China” (2012) parece ter-se evaporado. As tensões na Península Coreana atingiram vários decibéis acima dos



patamares críticos habituais. É apenas a recorrência das crises na região que dificulta a nossa percepção em torno do caráter inédito das ações militares no âmbito das duas coreias.

Em Taiwan, antes mesmo do fim de seu governo, Ma já havia deixado de exercer o poder político, emparedado pelo Movimento do Girassol – em Hong Kong teve lugar movimento semelhante. A decisão do GMD de substituir Hung Hsiu-chu por Eric Chu constitui-se em uma espécie de reconhecimento prévio da derrota, que reconduziu o PDP ao poder sob a liderança de Tsai Ing-wen. A leniência diante da invasão do Yuan Legislativo e da revisão de todos os acordos passados com a China sugere mais uma vez q a mudança de atitude estadunidense determinou a PES da Ilha. As patrulhas hostis dos EUA no Mar do Sul da China em nome da liberdade de navegação, a construção dos embasamentos de defesa no mesmo local, a construção da Área de Defesa e Identificação Aérea no Mar do Leste da China, a redução da influência chinesa sobre Myanmar e os incidentes entre os dois países, acrescidas de incidentes isolados de militares indianos e chineses sugerem, mais uma vez, ao pragmatismo impenitente do GMD a possibilidade de trocar a bandeira da integração pela da independência. E, nesse caso, pretendem criar as condições de manter a competitividade no âmbito do sistema político. Gostaria de poder-se, em trabalhos futuros, investigar os condicionantes do sistema eleitoral e partidário de Taiwan, até onde as divisões se dão em virtude dos motivos declarados (de natureza política, histórica ou cultural), todos relacionados ao pertencimento a civilização sínica, ou se ela deita também raízes sobre o terreno socioeconômico e divide os setores empresarias e de serviços controlados pelo Japão, e da indústria pesada e agricultura controlado pelos chineses. Ainda não é possível, pela proximidade dos eventos, situar se o novo período abriu-se em 2011 (discurso de Obama), 2012 (Diaoyu/Senkaku) ou se seu marco será a ascensão de Tsai. Mas esta é apenas uma das questões que ficarão sem resposta, aguardando maiores estudos, novas investigações e o próprio desenrolar dos acontecimentos.

A conclusão final desse trabalho, bem distante do que se pretendia ao iniciá-lo dois anos atrás e igualmente afastada das hipóteses formuladas no projeto de pesquisa, afigura-se algo decepcionante: parece que, à exceção do período de Jiang Jingguo – quando Taiwan aproveitou uma janela de oportunidade, mas também foi um sujeito para si e forjou-se como sociedade urbana e industrial – as relações interestreito seguem ao sabor da agenda política estadunidense. As expectativas de Huntington, explicitadas ainda em 1996, de uma multipolaridade nucleada em civilizações ainda estão distantes. E, no que diz respeito à civilização sínica, em particular, seu apelo parece ter sido incomensuravelmente menor do

que todos eram capazes de perceber. A decorrência inexorável destas conclusões – sempre provisórias e datadas, posto que alimentadas por fatos cambiantes – é de que, eventualmente, o futuro das relações China-Taiwan pode depender mais da eleição presidencial estadunidense, a realizar-se no fim desse ano, que, propriamente da condição de sujeito dos atores locais. Pode ser que se trate do canto do cisne da unipolaridade, mas no momento em que se escrevem essas linhas, sua influencia sobre as relações interestreito permanece avassaladora, e a multipolaridade uma tendência ainda claramente subordinada. A perspectiva oposta, de que as regiões definam o status-quo tampouco é alentadora. Atendo-se à ideia de que múltiplos polos é sinônimo de hegemônias regionais, isto é, de liberdade para emprego unilateral de força no âmbito da área de cada potência, a decorrência prática materializar-se-ia em uma ação unilateral da Rússia ou da China no âmbito de suas regiões. Nada colocado em um horizonte muito remoto, a ter-se consciência das relações russo-ucranianas ou do próprio desdobramento do pivô estadunidense para na Ásia-Pacífico. A perspectiva mais sombria é que, confrontada com a hipótese de guerra em várias frentes simultâneas, e com adversários formidáveis (EUA, Japão ou Índia), o exercício da condição de sujeito da China recaia em escolher o adversário no campo de batalha. E que, sob a perspectiva de evitar um mal maior, a iniciativa militar chinesa tenha como alvo Taiwan. Assim o trabalho se conclui, sem qualquer margem de certeza ou convicção, se as relações interestreito continuarão da forma habitual, com altos e baixos pelos próximos 50 ou 60 anos, ou se a modernização militar chinesa – sobretudo a ênfase dada a vasos anfíbios – diz respeito a forçar caminho para libertar-se da contenção através do uso da força e da definição do equilíbrio internacional por intermédio da guerra.

## REFERÊNCIAS

- ABE explicit in call for amendment to Constitution's Article 9. **The Japan Times**, [S.l.], 3 Feb. 2016. Disponível em: <<http://www.japantimes.co.jp/news/2016/02/03/national/politics-diplomacy/abe-explicit-call-amendment-constitutions-article-9/#.Vrj2fFKPtn7>>. Acesso em: 3 fev. 2016.
- AIR FORCE WORLD. **F-8II / F-8B / F-8II Fighter**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.airforceworld.com/pla/english/j8b-j8f-j8h-f8b-fighter-china.html>>. Acesso em: 19 fev. 2016
- ARRIGHI, G. **A Ilusão do desenvolvimento**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BEUKEL, E. **ASEAN and ARF in East Asia's Security Architecture: the role of norms and powers**. Copenhagen: Danish Institute of International Studies Report, 2008.
- BYUNG, J. L. China's Road to the Korean War: the making of the Sino-American confrontation (review). **Korean Studies**, Honolulu, v. 20, p. 237-244, 1996.
- CHEN Shui-bian now prisoner. **Taipei Times**, Taipé, n. 1020, 4 Dec. 2010. Disponível em: <<http://www.taipeitimes.com/News/front/archives/2010/12/04/2003490058>>. Acesso em: 1 jan. 2016.
- CHEN, J. **Mao's China & the Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.
- CHINA. **China's Military Strategy**. Pequim: State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015.
- CHINA. **Declaration of the Government of the People's Republic of China on the baselines of the territorial sea**. Pequim, 1996. Disponível em: <[http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/CHN\\_1996\\_Declaration.pdf](http://www.un.org/depts/los/LEGISLATIONANDTREATIES/PDFFILES/CHN_1996_Declaration.pdf)> Acesso em: 26 dez. 2015.
- CHINA. **Law of the People's Republic of China on the Territorial Sea and the Contiguous Zone**. Pequim, 1992. Disponível em: <[http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content\\_1383846.htm](http://www.npc.gov.cn/englishnpc/Law/2007-12/12/content_1383846.htm)> Acesso em: 25 dez. 2015
- CHINESE mainland, Taiwan sign landmark economic pact. **Xinhua.Net**, Pequim, 29 June 2010. Disponível em: <[http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-06/29/c\\_13375203.htm](http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-06/29/c_13375203.htm)>. Acesso em: 1 jan. 2015.
- CHUNG, C. **The Evolution of Taiwan's Grand Strategy: from Chiang Kai-shek to Chen Shui-bian**. 2012. Thesis (Doctorate in International Relations) - Department of International Relations, London School of Economics, London, 2012.

CLINTON, H. America's Pacific Century. **Foreign Policy**, Washington, 11 Oct. 2011.

Disponível em:

<[http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas\\_pacific\\_century?page=full](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century?page=full)>.

Acesso em: 1 abr. 2015.

COOPER, T. China and Taiwan since 1945; Part 1. **ACIG.org**, [S.l.], 10 Feb. 2008.

Disponível em:

<[http://www.acig.info/CMS/index.php?option=com\\_content&task=view&id=151&Itemid=47](http://www.acig.info/CMS/index.php?option=com_content&task=view&id=151&Itemid=47)>.

Acesso em: 12 jul. 2015.

CUMINGS, B. **The Korean War: a history**. New York: Modern Library, 2010.

DAMAS, R. D. **Economia chinesa: transformações, rumos e necessidade de rebalanceamento do modelo econômico da China**. São Paulo: Saint Paul, 2014.

DEUTSCHER, I. Stalin, Mao and Korea. **Marxists.org**, [S.l.], 1950. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/archive/deutscher/1950/stalin-mao-korea.htm>>. Acesso em: 1 out. 2015.

DONALDSON, G. A. MacArthur, Douglas (1880-1964). In: SANDLER, S. (Org.) **The Korean War: an encyclopedia**. New York: Routledge, 2013. p. 470.

DORNELLES JUNIOR, A. C. A modernização militar da China e a distribuição de poder no Leste Asiático. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 145-

170, jun. 2014. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292014000100005&lng=en&nrm=iso)

85292014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 nov. 2015.

DORNELLES JUNIOR, A. C. **A questão de Taiwan: suas implicações políticas e militares para as relações entre Estados Unidos -Taiwan - China (1991-2004)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10183/10768>>. Acesso em: 1 nov. 2015.

FENBY, J. **History of modern China: the fall and rise of a great power, 1850 – 2009**.

London: Penguin Books, 2009.

FRIEDMAN, G. **The next decade**. New York: Double Day, 2011.

GARVER, J. W. **Face off: China, the United States, and Taiwan's democratization**.

Washington: University of Washington Press, 1997.

GODWIN, P. H. B. **Development of the Chinese Armed Forces**. Alabama: Air University Press, 1988.

GUSS, S. Location of Kinmen, Matsu and Wuciou, based on MainlandChina.png by Alan Mark. **Wikipedia**, San Francisco, 22 Oct. 2007. Disponível em:

<[https://en.wikipedia.org/wiki/List\\_of\\_islands\\_of\\_Taiwan#/media/File:Kinmen,Matsu,Wuciou](https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_islands_of_Taiwan#/media/File:Kinmen,Matsu,Wuciou)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

HÅKAN, G. Sino-Japanese Air War 1937 – 1945. **Håkans Aviation Page**, [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://surfcity.kund.dalnet.se/sino-japanese-1937.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2015.

HARMSSEN, P. **Shanghai 1937: Stalingrad on the Yangtze**. Havertown: Casemate, 2013.

HEINEMAN, J. L. China 1938. **John L. Heineman's Home Page**, [S.l.], 2011. Disponível em: <<https://www2.bc.edu/~heineman/maps/china1938.jpg>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

HUNT, M. H. Beijing and the Korean Crisis, June 1950-June 1951. **Political Science Quarterly**, New York, v. 107, n. 3, p. 453-478, Autumn, 1992.

HUNTINGTON, S. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

JAMES, D. C. **The years of MacArthur**. Volume III: triumph and disaster, 1945-1964. Boston: Houghton Mifflin, 1985.

JAPAN. **Japan's Legislation for peace and security**. Tokio, 19 Sept. 2015. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/files/000025032.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2015.

JAPAN. **Press Conference 31 January 2006**. Tokio, 31 Jan. 2006. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/announce/press/2006/1/0131.html>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

JIANG, G. Como estabelecer uma PLAAF decisiva e ofensiva. Uma revisão crítica da obra The Centenary of the Air Force do Tenente-Brigadeiro-do-Ar Liu Yazhou. **Air & Space Power Journal**, Montgomery, v. 22, n. 2, p. 74-83, 2010.

JOINT Communique of the United States of America and the People's Republic of China. Shanghai, February 27, 1972. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communique01.htm>. Acesso em: 02 ago. 2015.

JOINT Communiqué on the Establishment of Diplomatic Relations between the United States of America and the People's Republic of China. Beijing, January 1, 1979. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/communique02.htm>. Acesso em: 02 ago. 2015.

UMEZU, Paul K. **Japanese Legislation Frees Military To Assist Allies**. DefenseNews. 27 de setembro de 2015. Disponível em: <<http://www.defensenews.com/story/defense/policy-budget/warfare/2015/09/27/japanese-legislation-frees-military-assist-allies/72799064/>>.

KAZIANIS, H. **The Evolution of Air-Sea Battle**. 14 fev. 2014. Disponível em: <<http://cimsec.org/evolution-Air-Sea-battle/9936>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

KISSINGER, H. **Diplomacy**. Nova York: Simon & Schuster, 1994.

KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KREPINEVICH, A. **Why AirSea Battle?** Washington DC: CSBA, 2010. Disponível em: <<http://www.csbaonline.org/publications/2010/02/why-airsea-battle/>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

KREPINEVICH, A.; WATTS, B.; WORK, R. **Meeting the Anti-Access and Area-Denial Challenge**. Washington D.C.: CSBA, 2003. Disponível em: <<http://www.csbaonline.org/wp-content/uploads/2011/03/2003.05.20-Anti-Access-Area-Denial-A2-AD.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2015.

KRISTENSEN, H.; NORRIS, R. Chinese nuclear forces, 2015. **Bulletin of the Atomic Scientists**. Nova York, Vol. 71(4) 77–84. 2015.

LANZARINI, V. **Política externa e de segurança do Japão pós-II GM**: elementos para uma tipologia. Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins. 2015.

LARSEN, U. File:First Chinese Japanese war map of battles.jpg. **Wikipedia**, 2006. Disponível em: <[https://en.wikipedia.org/wiki/File:First\\_Chinese\\_Japanese\\_war\\_map\\_of\\_battles.jpg](https://en.wikipedia.org/wiki/File:First_Chinese_Japanese_war_map_of_battles.jpg)>. Acesso em: 3 jul. 2015.

LI, J. The Legal Status of Three Sino-US JOINT Communique's. **Chinese Journal of International Law**, Pequim, v. 5, n. 3, p. 617-645, 2006.

LIU, H. C. K. **US-China: Quest for Peace – Korea: Wrong War, Wrong Place, Wrong Enemy**. Independent Critical Analysis and Commentary, 2004. Disponível em: <<http://henrykliu.com/page94.html>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

MACHADO, L. R.; SIMIONATO, G. H. Da Importância de uma Grande Estratégia: O Caso Estadunidense e a Ascensão Chinesa. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Corrigido-Da-Import%C3%A2ncia-de-uma-Grande-Estrat%C3%A9gia-Artigo-para-entregar.-1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

MAGNO, B. **Segunda Guerra Sino-Japonesa: Gênese de um modo asiático de fazer a guerra?** Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins. 2015.

MANYIN, Martin E. et al. **Pivot to the Pacific?** The Obama Administration's "Rebalancing" Toward Asia. 2012. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/R42448.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MARTINS, J. M. Q.; VISENTINI, P. F. A Longa Marcha da Revolução Chinesa. In: VISENTINI, P. F. (Org.). **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. Cap. 3.4, p. 92-133.

MARTINS, J. M. Q.; CEPIK, M. Defesa nacional Antimíssil dos EUA: A lógica da preempção e suas implicações internacionais. In.: ARTURI, Carlos Schmidt. (Org.) **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: CEGOV/UFRGS, 2014.

MATTOS, C. M. **Estratégias Militares Dominantes**: sugestões para uma estratégia militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

MOODY, W. S. **Building a strategic air force**. Washington DC: Air Force History and Museums Program, 1995.

MURRAY, W.; GRIMSLEY, M. Introduction: On strategy. *In*: MURRAY, Williamson; KNOX, MacGregor, BERNSTEIN, Alvin. (Orgs.) **The Making of strategy**: rulers, states, and war. Nova York: Cambridge University Press, 1994.

O'ROURKE, R. **China Naval Modernization**: Implications for U.S. Navy Capabilities. Washington: Congressional Research Service, 2013.

PIKE, J. **First Taiwan Strait Crisis**. 2013. Disponível em: <[http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy\\_matsu.htm](http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu.htm)>. Acesso em: 02 ago. 2015.

PIKE, J. **MGM-1 Matador**. 2012. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/wmd/systems/matador.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2015.

PIKE, J. **Paracel (Xisha) Islands - 1974**. 2014. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/world/war/paracel.htm>> Acesso em: 15 jan. 2016

PIKE, J. **Second Taiwan Strait Crisis**. 2010. Disponível em: <[http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy\\_matsu-2.htm](http://www.globalsecurity.org/military/ops/quemoy_matsu-2.htm)>. Acesso em: 02 ago. 2015.

POSEN, B. R. Command of the commons. **International security**, Cambridge, v. 28, p. 5-46, 2003.

RAND, C. **U.S. and Chinese Air Superiority Capabilities**: An Assessment of Relative Advantage, 1996–2017. Research Brief. 2015. Disponível em: <[http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research\\_briefs/RB9800/RB9858z3/RAND\\_RB9858z3.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_briefs/RB9800/RB9858z3/RAND_RB9858z3.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2015.

RENNACK, D. E. **China**: Economic Sanctions. Washington, 1 fev. 2006. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL31910.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Texto e Grafia, 2012.

ROSS, R. S. The 1995-96 Taiwan Strait Confrontation: coercion, credibility and the use of force. **International Security**. Cambridge, 2000, pp. 87-123.

UNITED States-China Joint Communiqué on United States Arms Sales to Taiwan. 1982. Disponível em: <<http://www.taiwandocuments.org/communique03.htm>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

US. **A Report to the President Pursuant to the President's Directive of January 31, 1950 (NSC-68)**. Washington, 1950. Disponível em: <<https://fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

US. Department of Defense. **Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms**. Joint Publication 1-02. Washington, 2016. Disponível em: <[http://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/jp1\\_02.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/jp1_02.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2016.

US. Department Of Defense. **Joint Operational Access Concept**. 2012. Disponível em <[http://www.defense.gov/pubs/pdfs/JOAC\\_Jan%202012\\_Signed.pdf](http://www.defense.gov/pubs/pdfs/JOAC_Jan%202012_Signed.pdf) >. Acesso em: 08 jul. 2013.

US. **Taiwan Relations Act**: Public Law 96-8, 96th Congress. Washington, DC, Jan. 1, 1979. Disponível em: <<http://www.ait.org.tw/en/taiwan-relations-act.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

US. **The "Six Assurances To Taiwan"**. Washington, DC, July 1982. Disponível em: <http://www.taiwandocuments.org/assurances.htm>. Acesso em: 02 ago. 2015.

VISENTINI, P. F. A Revolução Desconhecida da Coreia do Norte. In: VISENTINI, P. F. (Org.). **Revoluções e Regimes Marxistas: Rupturas, Experiências e Impacto Internacional**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013. Cap. 3.4, p. 134-149.

VISENTINI, P. F. **As Relações Diplomáticas da Ásia**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VIZENTINI, P. F. **O Descompasso entre as Nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VOGEL, E. F. **Deng Xiaoping and the Transformation of China**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Reading, MA: Addison-Webley, 1979.

WORTZEL, L.; SCOBELL, A.; BURKITT, L. **The Lessons of History: The Chinese People's Liberation Army at 75**. 2003. Disponível em: <[www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub52.pdf](http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub52.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2015.

XIA, Y. China's Elite Politics and Sino-American Rapprochement: January 1969-February 1972. **Journal of Cold War Studies**, Cambridge, v. 8, n. 4, p.3-28, Fall 2006.

YAZHOU, L. The Centenary of the Air Force. **Chinese Law and Government**, Pequim v. 41, n. 1, p. 15-58, Janeiro-Fevereiro 2008.

YOSHIHARA, T. The 1974 Paracels Sea Battle: A Campaign Appraisal. **Naval War College Review**, New Port, Spring 2016, Vol. 69, No. 2.

ZALOGA, S. **The Kremlin's Nuclear Sword**. Washington: Smithsonian Books, 2002.